

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	20
DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	29
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	85
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	89

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	90
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,37503
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2014	Dividendo	24/09/2014	Ordinária		0,70745
Reunião do Conselho de Administração	25/07/2014	Dividendo		Ordinária		0,58233
Reunião do Conselho de Administração	24/10/2014	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,34164

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	9.954.054	10.175.830
1.01	Ativo Circulante	1.463.590	1.737.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.410	949.470
1.01.03	Contas a Receber	994.474	653.199
1.01.03.01	Clientes	550.350	372.256
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	444.124	280.943
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	108.183	141.342
1.01.03.02.02	Combustível a reembolsar	224.786	139.601
1.01.03.02.03	Recomposição de receita na CCEE a receber	111.155	0
1.01.04	Estoques	67.174	60.864
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.433	722
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.433	722
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	2.433	722
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	208.099	73.544
1.01.08.03	Outros	208.099	73.544
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	1.672	10
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	119.541	73.534
1.01.08.03.03	Ativo não circulante mantido para venda	86.886	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.490.464	8.438.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	253.149	296.880
1.02.01.03	Contas a Receber	33.939	31.398
1.02.01.03.01	Clientes	33.939	31.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	219.210	265.482
1.02.01.09.04	Outros créditos fiscais a recuperar	46.636	26.642
1.02.01.09.05	Valores a receber pela alienação de ativos	0	86.886
1.02.01.09.06	Depósitos vinculados	39.521	37.084
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	111.642	105.211
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	21.411	9.659
1.02.02	Investimentos	2.674.850	2.416.266
1.02.02.01	Participações Societárias	2.674.850	2.416.266
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.371.883	2.093.137
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	302.967	323.129
1.02.03	Imobilizado	5.552.089	5.713.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.278.468	5.527.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	273.621	186.162
1.02.04	Intangível	10.376	10.920
1.02.04.01	Intangíveis	10.376	10.920

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	9.954.054	10.175.830
2.01	Passivo Circulante	1.460.493	1.718.050
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.160	63.757
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	70.160	63.757
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	70.160	63.757
2.01.02	Fornecedores	260.907	281.711
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	260.907	281.711
2.01.03	Obrigações Fiscais	226.918	431.587
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	226.918	431.587
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	246.618	437.854
2.01.03.01.02	(-) Tributos federais a compensar	-19.700	-6.267
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	275.455	517.411
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	275.455	343.339
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	51.789	342.622
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	223.666	717
2.01.04.02	Debêntures	0	174.072
2.01.05	Outras Obrigações	582.126	380.428
2.01.05.02	Outros	582.126	380.428
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	395.249	220.917
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	50.047	47.397
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	64.619	43.799
2.01.05.02.06	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	56.164	48.529
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	16.047	19.786
2.01.06	Provisões	44.927	43.156
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.076	14.305
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	97	709
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.000	2.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.979	11.096
2.01.06.02	Outras Provisões	28.851	28.851
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	28.851	28.851
2.02	Passivo Não Circulante	3.073.413	3.096.407
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	931.112	929.553
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	931.112	929.553
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	563.033	590.164
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	368.079	339.389
2.02.02	Outras Obrigações	1.660.286	1.658.490
2.02.02.02	Outros	1.660.286	1.658.490
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.614.585	1.504.431
2.02.02.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	30.963	26.416
2.02.02.02.05	Outras obrigações	14.738	127.643
2.02.03	Tributos Diferidos	104.600	141.042
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.600	141.042
2.02.04	Provisões	377.415	367.322
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	192.067	177.654
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.343	20.096

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.816	7.146
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	164.908	150.412
2.02.04.02	Outras Provisões	185.348	189.668
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	185.348	189.668
2.03	Patrimônio Líquido	5.420.148	5.361.373
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.782.294	2.233.572
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	72.804	62.294
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	461.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	540.465	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	497.004	527.416
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.924	62.924

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.201.656	3.221.525	908.611	2.649.174
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-477.376	-1.890.879	-326.485	-912.998
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-98.105	-197.468	-23.936	-65.419
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-36.910	-754.975	-24.721	-44.504
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-72.184	-200.238	-61.687	-179.082
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-263.610	-719.987	-209.898	-604.895
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.567	-18.211	-6.243	-19.098
3.03	Resultado Bruto	724.280	1.330.646	582.126	1.736.176
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	71.261	75.018	5.573	12.568
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.409	-8.012	-2.422	-7.900
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.789	-124.917	-39.336	-120.879
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.445	4.752	295	1.135
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-968	-871	71	-1.887
3.04.05.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	-617	-155	2.169	562
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-351	-716	-2.098	-2.449
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	112.982	204.066	46.965	142.099
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	113.816	206.570	48.117	145.445
3.04.06.02	Amortização de ágio / Direito de concessão	-834	-2.504	-1.152	-3.346
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	795.541	1.405.664	587.699	1.748.744
3.06	Resultado Financeiro	-47.701	-140.922	-13.500	-100.518
3.06.01	Receitas Financeiras	22.665	137.737	70.032	130.841
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.366	-278.659	-83.532	-231.359
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	747.840	1.264.742	574.199	1.648.226
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-209.820	-364.065	-172.812	-498.262
3.08.01	Corrente	-217.005	-400.507	-218.797	-539.579
3.08.02	Diferido	7.185	36.442	45.985	41.317
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	538.020	900.677	401.387	1.149.964

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	538.020	900.677	401.387	1.149.964
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,82425	1,37984	0,61492	1,76174
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,82425	1,37984	0,61492	1,76174

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	538.020	900.677	401.387	1.149.964
4.03	Resultado Abrangente do Período	538.020	900.677	401.387	1.149.964

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/09/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	400.790	1.333.849
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.545.676	1.945.781
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.264.742	1.648.226
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-204.066	-142.099
6.01.01.03	Depreciação e amortização	289.743	273.078
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	35.809	75.853
6.01.01.05	Juros	156.121	87.811
6.01.01.06	Outros	3.327	2.912
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.144.886	-611.932
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-176.474	-73.160
6.01.02.02	Combustível a reembolsar	-85.185	-64.727
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	-22.009	-6.541
6.01.02.04	Estoques	-6.310	-16.498
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	29	-762
6.01.02.06	Recomposição de receita na CCEE a receber	-111.155	0
6.01.02.07	Outros ativos	-61.066	9.024
6.01.02.08	Fornecedores	-12.876	-5.665
6.01.02.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-485.554	-401.158
6.01.02.10	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-84.147	-54.557
6.01.02.11	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	12.182	13.667
6.01.02.12	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-21.863	-18.995
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-57.631	-32.827
6.01.02.14	Outras obrigações fiscais e regulatórias	18.702	17.976
6.01.02.15	Outros passivos	-51.529	22.291
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-157.049	-216.226
6.02.01	Aplicação em investimentos	-222.710	-44.861
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-132.878	-191.404
6.02.03	Aplicação no intangível	-2.812	-1.899
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	201.351	21.938
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.001.801	-1.625.230
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	233.854	360.650
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-495.425	-371.649
6.03.03	Parcelas de concessões a pagar pagas	-37.075	-2.155
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-703.145	-1.612.076
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-10	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-758.060	-507.607
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	949.470	736.317
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	191.410	228.710

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-461.788	-380.114	0	-841.902
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2013	0	0	-461.788	0	0	-461.788
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2014	0	0	0	-380.114	0	-380.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	900.677	0	900.677
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	900.677	0	900.677
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.510	19.902	-30.412	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	10.510	-10.510	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	30.412	-30.412	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.782.294	540.465	559.928	5.420.148

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	-767.568	0	-1.343.997
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2012	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2013	0	0	0	-767.568	0	-767.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.352	25.741	-41.093	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	15.352	-15.352	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	41.093	-41.093	0
5.07	SalDOS Finais	2.445.766	91.695	1.769.940	408.137	590.017	5.305.555

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	3.564.170	2.932.823
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.560.134	2.934.137
7.01.02	Outras Receitas	4.036	-1.314
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	4.752	1.135
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-716	-2.449
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.393.812	-473.385
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.099.351	-144.636
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.809	-118.641
7.02.04	Outros	-169.652	-210.108
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-200.238	-179.082
7.02.04.02	Outros	30.586	-31.026
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.170.358	2.459.438
7.04	Retenções	-289.743	-273.078
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-289.743	-273.078
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.880.615	2.186.360
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	341.803	272.940
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	204.066	142.099
7.06.02	Receitas Financeiras	137.737	130.841
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.222.418	2.459.300
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.222.418	2.459.300
7.08.01	Pessoal	188.817	171.838
7.08.01.01	Remuneração Direta	121.451	110.340
7.08.01.02	Benefícios	38.379	35.551
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.745	7.749
7.08.01.04	Outros	20.242	18.198
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	715.729	787.447
7.08.02.01	Federais	698.548	770.816
7.08.02.02	Estaduais	15.601	15.248
7.08.02.03	Municipais	1.580	1.383
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	134.771	138.111
7.08.03.01	Juros	117.417	118.376
7.08.03.02	Aluguéis	7.487	6.665
7.08.03.03	Outras	9.867	13.070
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	216	82
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	9.651	12.988
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	900.677	1.149.964
7.08.04.02	Dividendos	841.902	767.568
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.775	382.396
7.08.05	Outros	282.424	211.940
7.08.05.01	Encargos setoriais	132.545	112.425
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	149.879	99.515

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	12.327.230	12.654.397
1.01	Ativo Circulante	2.035.584	2.338.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	450.140	1.224.276
1.01.03	Contas a Receber	1.176.251	879.927
1.01.03.01	Clientes	840.310	740.326
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	335.941	139.601
1.01.03.02.01	Combustível a reembolsar	224.786	139.601
1.01.03.02.02	Recomposição de receita na CCEE a receber	111.155	0
1.01.04	Estoques	73.745	64.785
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.083	81.582
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.083	81.582
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.486	21.752
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	54.597	59.830
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	273.365	87.888
1.01.08.03	Outros	273.365	87.888
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	48.973	3.833
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	137.506	84.055
1.01.08.03.03	Ativo não circulante mantido para venda	86.886	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.291.646	10.315.939
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	422.855	481.360
1.02.01.03	Contas a Receber	3.581	4.432
1.02.01.03.01	Clientes	3.581	4.432
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.132	17.575
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.132	17.575
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	403.142	459.353
1.02.01.09.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11.228	8.125
1.02.01.09.04	Outros créditos fiscais a recuperar	94.445	100.222
1.02.01.09.05	Valores a receber pela alienação de ativos	0	86.886
1.02.01.09.06	Depósitos vinculados	146.155	130.857
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	113.362	106.854
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	37.952	26.409
1.02.03	Imobilizado	9.555.319	9.708.227
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.232.282	9.393.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	323.037	314.425
1.02.04	Intangível	313.472	126.352
1.02.04.01	Intangíveis	313.472	126.352

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	12.327.230	12.654.397
2.01	Passivo Circulante	1.899.599	2.183.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	70.656	64.122
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	70.656	64.122
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	70.656	64.122
2.01.02	Fornecedores	390.560	510.346
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	390.560	510.346
2.01.03	Obrigações Fiscais	247.791	434.166
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	247.791	434.166
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	267.926	441.077
2.01.03.01.02	(-) Tributos federais a compensar	-20.135	-6.911
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	431.546	666.915
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	431.546	492.843
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	207.880	492.126
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	223.666	717
2.01.04.02	Debêntures	0	174.072
2.01.05	Outras Obrigações	713.288	464.168
2.01.05.02	Outros	713.288	464.168
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	395.608	221.276
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	54.657	51.763
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	89.867	62.927
2.01.05.02.06	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	63.908	55.997
2.01.05.02.07	Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	70.829	3.573
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	38.419	68.632
2.01.06	Provisões	45.758	43.987
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.907	15.136
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	97	709
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.000	2.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	13.810	11.927
2.01.06.02	Outras Provisões	28.851	28.851
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	28.851	28.851
2.02	Passivo Não Circulante	5.003.722	5.106.082
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.758.313	2.829.645
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.758.313	2.829.645
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.390.234	2.490.256
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	368.079	339.389
2.02.02	Outras Obrigações	1.742.328	1.743.270
2.02.02.02	Outros	1.742.328	1.743.270
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.654.982	1.543.406
2.02.02.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	32.813	27.416
2.02.02.02.05	Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	792	12.846
2.02.02.02.06	Outras obrigações	53.741	159.602
2.02.03	Tributos Diferidos	122.738	163.663
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.738	163.663
2.02.04	Provisões	380.343	369.504

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	194.995	179.836
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.004	20.686
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.269	7.414
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	166.722	151.736
2.02.04.02	Outras Provisões	185.348	189.668
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	185.348	189.668
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.423.909	5.364.611
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.782.294	2.233.572
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	72.804	62.294
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	461.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	540.465	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	497.004	527.416
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.924	62.924
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.761	3.238

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.736.565	4.744.410	1.416.462	4.080.708
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-818.040	-3.031.220	-709.313	-1.972.421
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-344.787	-929.386	-197.836	-564.197
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-39.413	-893.427	-138.552	-328.319
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-87.659	-244.467	-78.763	-228.775
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-339.614	-945.729	-287.919	-832.032
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.567	-18.211	-6.243	-19.098
3.03	Resultado Bruto	918.525	1.713.190	707.149	2.108.287
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.255	-144.011	-47.665	-144.504
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.830	-12.972	-4.436	-13.331
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.782	-134.653	-41.528	-126.571
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.446	4.814	296	1.153
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.089	-1.200	-1.997	-5.755
3.04.05.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	-724	-389	163	-3.168
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-365	-811	-2.160	-2.587
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	870.270	1.569.179	659.484	1.963.783
3.06	Resultado Financeiro	-74.486	-227.915	-61.943	-252.261
3.06.01	Receitas Financeiras	34.923	169.653	78.545	154.018
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.409	-397.568	-140.488	-406.279
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	795.784	1.341.264	597.541	1.711.522
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-257.560	-440.064	-195.998	-561.088
3.08.01	Corrente	-255.230	-479.546	-241.013	-597.155
3.08.02	Diferido	-2.330	39.482	45.015	36.067
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	538.224	901.200	401.543	1.150.434
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	538.224	901.200	401.543	1.150.434
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	538.020	900.677	401.387	1.149.964
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	204	523	156	470

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,82456	1,38064	0,61516	1,76246
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,82456	1,38064	0,61516	1,76246

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	538.224	901.200	401.543	1.150.434
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	538.224	901.200	401.543	1.150.434
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	538.020	900.677	401.387	1.149.964
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	204	523	156	470

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	804.107	1.724.514
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.085.223	2.464.659
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	1.341.264	1.711.522
6.01.01.02	Depreciação e amortização	441.806	433.558
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	37.864	92.972
6.01.01.04	Juros	260.375	223.766
6.01.01.05	Outros	3.914	2.841
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.281.116	-740.145
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-94.723	-116.928
6.01.02.02	Combustível a reembolsar	-85.185	-64.727
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	11.894	27.004
6.01.02.04	Estoques	-8.960	-17.847
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	3.980	-312
6.01.02.06	Recomposição de receita na CCEE a receber	-111.155	0
6.01.02.07	Outros ativos	-59.369	1.973
6.01.02.08	Fornecedores	-96.650	97.552
6.01.02.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-518.671	-474.527
6.01.02.10	Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	-193.650	-183.312
6.01.02.11	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	13.308	16.499
6.01.02.12	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-21.863	-18.995
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-85.952	-11.832
6.01.02.14	Outras obrigações fiscais e regulatórias	22.876	10.564
6.01.02.15	Outros passivos	-56.996	-5.257
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-456.434	-429.050
6.02.01	Aplicação em investimentos	-215.526	-11.462
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-231.553	-412.620
6.02.03	Aplicação no intangível	-9.355	-4.968
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.121.809	-1.710.140
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	234.415	458.934
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-606.732	-520.557
6.03.03	Parcelas de concessões a pagar pagas	-40.621	-38.198
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-703.145	-1.612.076
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-5.726	1.757
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-774.136	-414.676
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.224.276	1.179.976
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	450.140	765.300

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373	3.238	5.364.611
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373	3.238	5.364.611
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-461.788	-380.114	0	-841.902	0	-841.902
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2013	0	0	-461.788	0	0	-461.788	0	-461.788
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2014	0	0	0	-380.114	0	-380.114	0	-380.114
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	900.677	0	900.677	523	901.200
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	900.677	0	900.677	523	901.200
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.510	19.902	-30.412	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	10.510	-10.510	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	30.412	-30.412	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.782.294	540.465	559.928	5.420.148	3.761	5.423.909

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	-767.568	0	-1.343.997	0	-1.343.997
5.04.08	Dividendos do 2º semestre de 2012	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.04.09	Dividendos do 1º semestre de 2013	0	0	0	-767.568	0	-767.568	0	-767.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964	470	1.150.434
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.149.964	0	1.149.964	470	1.150.434
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.352	25.741	-41.093	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	15.352	-15.352	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	41.093	-41.093	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.769.940	408.137	590.017	5.305.555	3.133	5.308.688

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

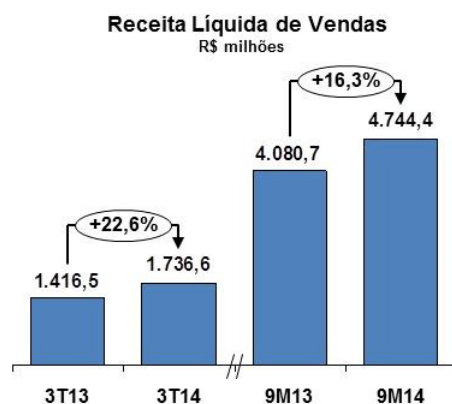
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/09/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	5.285.988	4.858.831
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.227.670	4.563.158
7.01.02	Outras Receitas	4.003	-1.434
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	4.814	1.153
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-811	-2.587
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	54.332	298.955
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17	-1.848
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.419.519	-1.638.277
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.987.191	-941.927
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-157.303	-149.463
7.02.04	Outros	-275.025	-546.887
7.02.04.01	Gastos na construção de Usinas	-53.086	-281.783
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-244.467	-228.775
7.02.04.03	Outros	22.528	-36.329
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.866.469	3.220.554
7.04	Retenções	-441.806	-433.558
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-441.806	-433.558
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.424.663	2.786.996
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	169.653	154.018
7.06.02	Receitas Financeiras	169.653	154.018
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.594.316	2.941.014
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.594.316	2.941.014
7.08.01	Pessoal	193.744	176.157
7.08.01.01	Remuneração Direta	125.438	113.947
7.08.01.02	Benefícios	38.979	36.039
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.085	7.973
7.08.01.04	Outros	20.242	18.198
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	936.039	1.044.729
7.08.02.01	Federais	918.576	982.530
7.08.02.02	Estaduais	15.701	60.634
7.08.02.03	Municipais	1.762	1.565
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	252.329	281.223
7.08.03.01	Juros	226.284	239.309
7.08.03.02	Aluguéis	10.395	8.434
7.08.03.03	Outras	15.650	33.480
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	1.246	17.172
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	14.404	16.308
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	900.677	1.149.964
7.08.04.02	Dividendos	841.902	767.568
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.775	382.396
7.08.05	Outros	311.527	288.941
7.08.05.01	Encargos setoriais	155.913	138.364
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	155.091	150.107
7.08.05.03	Acionista não controlador	523	470

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro

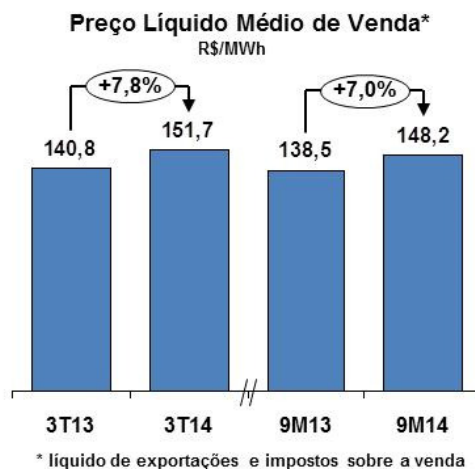
Receita Líquida de Vendas

No 3T14, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 22,6%, ou R\$ 320,1 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 1.416,5 milhões para R\$ 1.736,6 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R\$ 99,2 milhões – elevação do preço médio líquido de venda; (ii) R\$ 74,0 milhões – incremento no volume de energia vendida; (iii) R\$ 47,4 milhões – aumento na receita decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); e (iv) R\$ 100,9 milhões – reconhecimento dos direitos relativos à recomposição de receita na CCEE causada pela paralização de geração motivada por sinistro ocorrido em unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda.



- Preço médio líquido de venda**

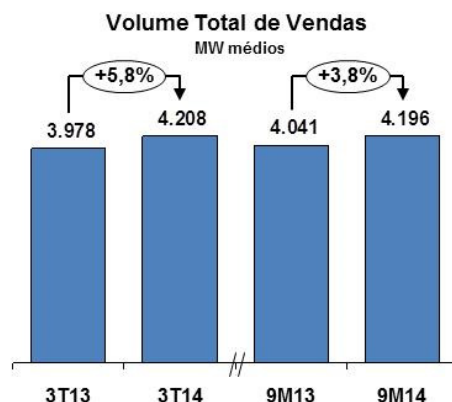
O preço médio de venda de energia, líquido dos tributos sobre a receita, atingiu R\$ 151,70/MWh no 3T14, 7,8% acima do apurado no mesmo trimestre de 2013, cujo valor foi de R\$ 140,75/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes, bem como dos maiores preços praticados em novos contratos de venda.



Comentário do Desempenho

• Volume de vendas

A quantidade de energia vendida passou de 8.783 GWh (3.978 MW médios) no 3T13 para 9.291 GWh (4.208 MW médios) no 3T14, aumento de 5,8%, ou 508 GWh (230 MW médios), entre os períodos comparados, em função da maior disponibilidade de energia para venda, decorrente, principalmente, da combinação da elevação do volume de compras, do início de operação do Complexo Eólico Trairi e da aquisição da Usina Termelétrica Ferrari, eventos parcialmente compensados pela redução da quantidade de energia registrada na CCEE.



Comentários sobre as Variações da Receita Líquida de Vendas, por Classe de Clientes

a) Distribuidoras

A receita de venda a distribuidoras alcançou R\$ 790,4 milhões no 3T14, montante 12,9% superior aos R\$ 700,0 milhões auferidos no 3T13. A combinação das seguintes variações contribuiu para esse efeito: (i) R\$ 64,4 milhões – elevação de 9,0% no preço médio líquido de venda; e (ii) R\$ 26,0 milhões – aumento de 161 GWh (73 MW médios), ou 3,5%, do volume de vendas, em razão da venda de energia no 13º Leilão de Energia Existente, parcialmente compensada pela redução de quantidade contratada de energia.

b) Comercializadoras

A receita de venda a comercializadoras passou de R\$ 60,6 milhões no 3T13 para R\$ 45,8 milhões no 3T14, redução de 24,4% entre os períodos comparados, resultado dos seguintes fatores: (i) R\$ 9,9 milhões - decréscimo de 88 GWh (40 MW médios), ou 17,0%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R\$ 4,9 milhões – redução de 8,9% no preço médio líquido de vendas.

c) Consumidores livres

A receita de venda a consumidores livres aumentou 20,5% entre os trimestres em análise, passando de R\$ 475,6 milhões no 3T13 para R\$ 573,2 milhões no mesmo período de 2014. Os seguintes eventos contribuíram para essa variação: (i) R\$ 57,9 milhões – crescimento de 435 GWh (197 MW médios), ou 11,7%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R\$ 39,7 milhões - elevação de 7,9% no preço médio líquido de venda da energia.

Comentário do Desempenho

d) Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No 3T14, a receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, foi de R\$ 219,4 milhões, enquanto no mesmo período de 2013 foi de R\$ 172,0 milhões, representando um acréscimo de R\$ 47,4 milhões entre os trimestres comparados. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item “Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE”.

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em R\$ 108,7 milhões, ou 15,3%, entre os períodos comparados, passando de R\$ 709,3 milhões no 3T13 para R\$ 818,0 milhões no trimestre em análise. Essas variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- a) Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R\$ 146,9 milhões, ou 74,3%, no 3T14, correspondentes a 780 GWh (353 MW médios), em comparação com o mesmo trimestre de 2013, refletindo as novas contratações de médio e longo prazos e os reajustes de preço de contratos existentes.
- b) Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, os custos com essas transações foram inferiores em 71,6%, ou R\$ 99,2 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.
- c) Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R\$ 8,9 milhões, ou 11,3%, entre os trimestres em análise, reflexo do reajuste anual das tarifas de transmissão e da entrada em operação comercial do Complexo Eólico Trairi.
- d) Combustíveis para produção de energia elétrica:** acréscimo de R\$ 46,9 milhões, ou de 975,7%, na confrontação do 3T14 com o mesmo período de 2013 em função, substancialmente, do aumento do consumo de gás natural pela Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), causado pelo maior despacho da Usina no trimestre em análise.
- e) Pessoal:** elevação de R\$ 5,4 milhões (12,7%) no 3T14 em relação ao terceiro trimestre de 2013 em função, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados, e de novas adesões ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), reaberto em 2013.
- f) Materiais e serviços de terceiros:** crescimento de 11,6%, ou R\$ 4,7 milhões, entre os trimestres analisados em decorrência, principalmente, de maior demanda por serviços de operação e manutenção, especialmente no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, na Usina Hidrelétrica São Salvador e na Usina Termelétrica Ferrari.

Comentário do Desempenho

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, Inclusive as Transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel na CCEE. Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada, que ocorre quando a geração das usinas que fazem parte do MRE, em relação à energia alocada, é maior (Energia Secundária) ou menor (GSF) (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No 3T14, a Companhia obteve um resultado líquido positivo (diferença entre receitas e despesas - deduzidas dos impostos e contribuições incidentes sobre as mesmas) decorrente das transações de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 180,0 milhões ante ao também resultado credor de R\$ 33,4 milhões apurado no 3T13, ou seja, uma variação positiva de R\$ 146,6 milhões entre os períodos comparados.

Essa evolução decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) ampliação significativa da posição vendedora, refletindo a estratégia de alocação mensal de energia da Companhia; (ii) efeito negativo decorrente da aplicação do Mecanismo de Redução de Garantia Física (GSF), em função do déficit de geração hidrelétrica no sistema elétrico interligado em relação à energia alocada pelos agentes; (iii) aumento da exposição termelétrica da Companhia relacionada, substancialmente, aos efeitos decorrentes dos sinistros que resultaram na paralização de unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda; e (iv) constituição de provisão para cobrir os custos relativos à participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela Resolução CNPE 03/2013, no 3T13, no montante de R\$ 18,0 milhões.

Comentário do Desempenho

Os impactos no 3T14 relativos aos sinistros acima mencionados decorreram da franquia do seguro, equivalente aos custos relativos aos primeiros 45 dias de paralização das unidades geradoras, no valor estimado de R\$ 77,0 milhões, e da indenização dos custos correspondentes aos demais dias de suspensão da geração, no montante de R\$ 100,9 milhões, líquidos de impostos, conforme anteriormente descrito no item “Receita Líquida de Vendas”, de acordo com o estabelecido no contrato de seguro.

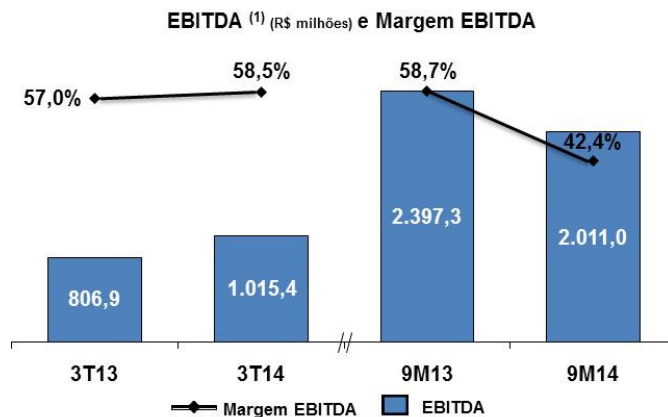
Cabe considerar que o aumento do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R\$ 174,56/MWh no 3T13 para R\$ 662,10/MWh no 3T14, contribuiu de forma significativa para os efeitos positivos mencionados no item (i) e negativos comentados nos itens (ii) e (iii).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram em R\$ 3,6 milhões, ou 7,8%, entre os trimestres comparados, passando de R\$ 46,0 milhões no 3T13 para R\$ 49,6 milhões no trimestre em análise. Essas variações estão relacionadas, em parte, ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos retro mencionados, o EBITDA do 3T14 foi de R\$ 1.015,4 milhões, 25,8%, ou R\$ 208,5 milhões, acima do apurado no 3T13, que foi de R\$ 806,9 milhões. A margem EBITDA foi de 58,5% no 3T14, representando um aumento de 1,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2013, que foi de 57,0%. As elevações acima citadas decorreram, substancialmente, da combinação dos seguintes principais componentes anteriormente mencionados: (i) elevação de R\$ 173,2 milhões na receita líquida de venda de energia; (ii) efeito positivo de R\$ 146,6 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE; (iii) reconhecimento da recomposição de receita na CCEE resultantes dos sinistros ocorridos no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, de R\$ 100,9 milhões; (iv) aumento de R\$ 146,9 milhões nas compras de energia para revenda; (v) crescimento de R\$ 46,9 milhões no consumo de combustível; (vi) elevação dos custos com encargos de uso da rede em R\$ 8,9 milhões; e (vii) aumento dos gastos com pessoal em R\$ 7,9 milhões, dos quais R\$ 5,4 milhões nos custos de pessoal e o restante embutido nas despesas com vendas, gerais e administrativas.



- (1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

Comentário do Desempenho

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R\$ mil)	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
Lucro líquido	538.224	401.543	34,0	901.200	1.150.434	-21,7
(+) Imposto de renda e contribuição social	257.560	195.998	31,4	440.064	561.088	-21,6
(+) Despesas financeiras, líquidas	74.486	61.943	20,2	227.915	252.261	-9,7
(+) Depreciação e Amortização	145.081	147.382	-1,6	441.806	433.558	1,9
EBITDA	1.015.351	806.866	25,8	2.010.985	2.397.341	-16,1

Resultado financeiro

Receitas financeiras: No 3T14, essas receitas atingiram R\$ 34,9 milhões, R\$ 43,6 milhões abaixo dos R\$ 78,5 milhões auferidos no mesmo trimestre de 2013 em função, essencialmente, do reconhecimento no 3T13 de ganho não recorrente no valor de R\$ 49,1 milhões oriundo da liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

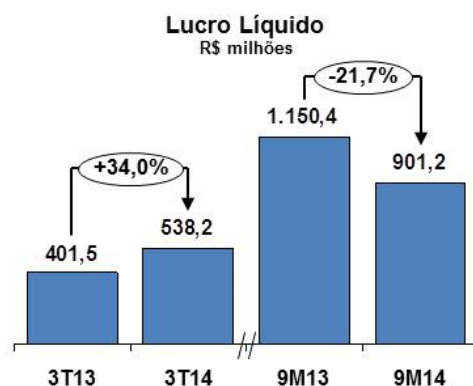
Despesas financeiras: Essas despesas reduziram em R\$ 31,1 milhões, passando de R\$ 140,5 milhões no 3T13 para R\$ 109,4 milhões no presente trimestre, em razão, principalmente, do seguinte: (i) redução de R\$ 23,0 milhões nos juros e variação monetária sobre concessões a pagar, uma combinação da elevação dos juros em R\$ 3,8 milhões e da redução da variação monetária de R\$ 26,8 milhões, motivada pela deflação do IGPM no 3T14; (ii) decréscimo de R\$ 10,9 milhões na despesa de variação cambial sobre empréstimos; e (iii) aumento de R\$ 3,9 milhões nos juros e variação monetária sobre empréstimos.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R\$ 196,0 milhões no terceiro trimestre de 2013 para R\$ 257,6 milhões no 3T14, aumento de R\$ 61,6 milhões, ou 31,4%, representando uma evolução consistente com a elevação do lucro antes dos tributos e a base de cálculo tributária.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 3T14 foi de R\$ 538,2 milhões, valor R\$ 136,7 milhões, ou 34,0%, superior aos R\$ 401,5 milhões apresentados no mesmo trimestre de 2013. Essa elevação decorreu, substancialmente, do crescimento de R\$ 208,5 milhões no EBITDA, conforme anteriormente mencionado, parcialmente compensada pelo aumento nas despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 12,5 milhões, e do imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 61,6 milhões.



Notas Explicativas**TRACTEBEL ENERGIA S.A.**

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.09.2014

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (“Companhia”, “Tractebel Energia” ou “TBLE”) é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts* (ADR) Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,0%¹ da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia, em 30.09.2014, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial no terceiro trimestre da Usina Fotovoltaica Cidade Azul é de 7.027,2² MW. Desse total, 79,1% são oriundas de fontes hidrelétricas, 15,9% de termelétricas e 5,0% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas, geração à biomassa e solar. A energia assegurada para fins de comercialização, em 30.09.2014, é de 3.882,8 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por vinte e sete usinas, sendo nove hidrelétricas, cinco termelétricas³, seis de fontes eólicas, três PCH, três com geração à biomassa e uma usina de fonte solar fotovoltaica.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no 3º trimestre de 2014, foram os seguintes:

¹ Informação com base em dados apurados na data-base de 31.12.2013.

² As informações não financeiras contidas nessas informações trimestrais como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

³ O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Notas Explicativas

a) Entrada em operação comercial da Usina Fotovoltaica Cidade Azul

A Usina Fotovoltaica Cidade Azul ("Usina solar" ou "UFCA") iniciou sua operação comercial em 09.08.2014. A Usina solar está localizada no município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina e possui capacidade instalada de 3 MWp (pico de incidência solar). A UFCA é composta por 19.424 painéis fotovoltaicos e a energia produzida tem capacidade para abastecer cerca de 2.500 residências.

b) Aquisição dos direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho pela TBLP

Em agosto de 2014 a Companhia adquiriu os direitos de desenvolvimento do Complexo Eólico Santo Agostinho ("Complexo"), o qual é composto por 24 sociedades de propósito específico (SPE), cada qual responsável pelo desenvolvimento de um empreendimento de geração eólica, totalizando um potencial de desenvolvimento de 600 MW, todos localizados nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

O valor máximo da aquisição é de R\$ 54.000, sendo composto por um valor fixo de R\$ 39.000 e um valor vinculado a desempenho de até R\$ 15.000, que será pago desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato. Na data da aquisição a Companhia pagou o montante de R\$ 3.027 relativo ao adiantamento previsto em contrato atualizado até aquela data.

c) Pagamento dos dividendos complementares

Em 24.09.2014, a Companhia pagou os dividendos complementares relativos ao exercício de 2013, no montante de R\$461.788, correspondentes a R\$ 0,7074583705 por ação.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, as quais estão convergentes com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em agosto de 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem tanto o método de custo quanto o de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A referida revisão deve ser aplicada retrospectivamente, de acordo com as regras do IAS 8, a partir de janeiro de 2016. Até a revisão desse pronunciamento, a única divergência com relação às normas internacionais aplicáveis à Companhia correspondia à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, cuja prática não estava prevista nas IFRS.

De modo a eliminar a mencionada inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais, a Companhia está considerando a adoção antecipada da referida norma, cuja aplicação não resultará em nenhum ajuste retrospectivo em seu balanço patrimonial e demonstração de resultado apresentado nas informações trimestrais relativas ao período findo em 30.09.2014.

Notas Explicativas

As informações trimestrais também foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 30.09.2014. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 30.09.2014, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013.

a) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

As seguintes normas e interpretações de normas foram alteradas ou emitidas pelo IASB durante o ano de 2014, mas cujas vigências terão início em exercícios futuros.

Pronunciamentos possivelmente aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2016

- Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (*joint operation*)

A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3 – Combinação de negócios, aplique os princípios desse IFRS, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que conflitam com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em eventuais aquisições de operações conjuntas.

- Revisão do IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações contábeis individuais

A alteração permite que uma Entidade prepare suas demonstrações contábeis individuais considerando os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e associadas tanto ao método de custo, de acordo com o IFRS 9 – Instrumentos financeiros, como utilizando o método de equivalência patrimonial conforme descrito no IAS 28 – Investimento em associada. Tendo em vista que esse procedimento já está previsto através das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia já avalia os seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial. Conforme anteriormente mencionado, a aplicação antecipada desse pronunciamento elimina a única divergência aplicável à Companhia entre as normas contábeis brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas

Pronunciamentos possivelmente aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2017

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes

O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxos de caixa decorrentes das vendas. A Companhia está avaliando a eventual aplicação da norma às suas transações.

Pronunciamentos possivelmente aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2018

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como de alguns contratos de compra ou venda de itens não-financeiros, com a finalidade de apresentar informações úteis e relevantes para a avaliação de valores, períodos e incertezas no fluxo de caixa futuro da entidade. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

Na avaliação da Companhia, não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Durante o período de nove meses findos em 30.09.2014 ocorreram revisões nos seguintes pronunciamentos que, segundo a avaliação da Companhia, não trarão impactos suas demonstrações contábeis: (i) IAS 16 e IAS 41 – Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; (ii) IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização; e (iii) IFRS 10 – Venda ou transferência de ativos entre um investidor e associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Ademais, em setembro de 2014, foi emitida a revisão anual do IASB do ciclo 2012-2014 das seguintes normas: IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operações descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação, IAS 19 – Benefícios a empregados e IAS 34 – Demonstrações financeiras intermediárias. O processo de revisão anual é um veículo utilizado para efetuar alterações não urgentes, mas necessárias aos pronunciamentos emitidos. As alterações dessas normas não impactarão as demonstrações contábeis da Companhia.

b) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Balanço Patrimonial Ativo” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM está apresentado no “Ativo Circulante” o ativo não circulante mantido para venda descrito na Nota 8 – Ativo não circulante mantido para venda, apesar do CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada indicar sua apresentação em grupo segregado dos demais ativos da Companhia. Ademais, no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”, também do Sistema “EmpresasNet - ENET”, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação. Isto ocorre em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação das referidas transações no demonstrativo padrão da CVM.

Notas Explicativas

c) Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A lei 12.973/14 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT); e dá outras providências. Os dispositivos da referida lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os possíveis efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente e pretende optar pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

d) Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24.10.2014.

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	2.145	940	10.002	7.445
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais				
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	89.441	79.471	202.144	99.978
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	99.824	869.059	225.612	1.093.309
	189.265	948.530	427.756	1.193.287
- Instituições Financeiras ⁴				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	231	1.256
Operações lastreadas em debêntures	-	-	12.151	22.288
	-	-	12.382	23.544
Total das aplicações financeiras	189.265	948.530	440.138	1.216.831
	191.410	949.470	450.140	1.224.276

⁴ Bancos: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Safra e Bradesco.

Notas Explicativas

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Circulante				
Distribuidoras de energia elétrica	257.029	245.616	378.060	372.589
Comercializadoras de energia elétrica	124.091	84.824	18.314	24.953
Consumidores livres	22.768	20.957	263.844	248.655
Transações no mercado de energia de curto prazo				
- Correntes	152.642	27.039	186.561	100.581
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.961	122.961	122.961
	682.156	504.062	972.405	872.404
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.806)	(131.806)	(132.095)	(132.078)
	550.350	372.256	840.310	740.326
Não circulante				
Distribuidoras de energia elétrica	33.939	31.398	5.429	6.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.848)	(1.848)
	33.939	31.398	3.581	4.432
	584.289	403.654	843.891	744.758

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Vencidas até 30 dias	2.973	9.913	22.268	23.337
Vencidas de 31 a 60 dias	810	-	894	-
Vencidas de 61 a 90 dias	586	-	842	15
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.806	131.806	133.943	133.926
- Sem provisão constituída	1.175	1.038	2.126	1.179
	132.981	132.844	136.069	135.105
	137.350	142.757	160.073	158.457

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.961	122.961	122.961
Comercializadora	6.180	6.180	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665	2.665
Distribuidora	-	-	1.865	1.848
	131.806	131.806	133.943	133.926

Notas Explicativas

5 – COMBUSTÍVEL A REEMBOLSAR

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Eletrobras	224.786	139.601

Nesta rubrica estão classificados os reembolsos a serem recebidos da Eletrobras pela aquisição de combustível de terceiros para consumo nas usinas termelétricas da Companhia, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo cuja finalidade, entre outras, é garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes movidas a carvão mineral nacional.

Os reembolsos normalmente são realizados mediante a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores. Em 30.09.2014, dos valores já pagos aos fornecedores, estavam pendentes de recebimento os reembolsos relativos aos fornecimentos de julho e agosto de 2014. Os valores referentes a julho foram recebidos no mês de outubro.

6 – OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Circulante				
Pis ⁵ e Cofins ⁶	-	-	52.158	59.086
ICMS ⁷	1.779	-	1.785	22
INSS ⁸	654	722	654	722
	2.433	722	54.597	59.830
Não circulante				
Pis e Cofins	29.354	8.832	76.924	81.972
ICMS	17.282	17.810	17.515	18.244
INSS	-	-	6	6
	46.636	26.642	94.445	100.222

Os saldos de Pis e Cofins a compensar decorrem de créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

⁵ Programa de Integração Social

⁶ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

⁷ Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

⁸ Instituto Nacional do Seguro Social

Notas Explicativas

7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Circulante				
Fundos de investimentos	11	10	47.312	10
Depósitos para reinvestimentos	1.661	-	1.661	3.823
	1.672	10	48.973	3.833
Não circulante				
Fundos de investimentos	33.815	31.617	135.339	120.065
CDB	5.706	5.467	10.816	10.792
	39.521	37.084	146.155	130.857

Os depósitos vinculados aplicados em Fundos de investimentos destinam-se principalmente a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Além desses, no trimestre findo em 30.09.2014 estão reconhecidos, no ativo circulante consolidado, depósitos no valor de R\$ 47.301, efetuados para garantir o cumprimento de determinados compromissos contratuais assumidos pelos vendedores da Ferrari Termoelétrica, cuja liberação ocorrerá na medida em que tais compromissos forem sendo cumpridos.

8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Nesta rubrica estão registrados os bens recebidos pela Companhia em função de sentença favorável em ação de execução movida contra a Elétrica Jacuí Ltda. (Eleja) para a cobrança de valores a receber decorrentes da venda do empreendimento termelétrico Jacuí, os quais foram concedidos em garantia do crédito.

Após a posse dos bens, a administração da Companhia iniciou um processo de avaliação de quais bens poderão ser utilizados em suas plantas e de identificação de potenciais interessados na aquisição dos ativos. Em função do atual estágio em que se encontra o processo de venda dos ativos, a Companhia, a partir de 30.09.2014, passou a registrar o ativo no grupo “Ativo não circulante mantido para venda” e manteve o registro do valor contábil do ativo, de R\$ 86.886, visto que o mesmo apresenta valor inferior à avaliação apresentada pelo perito judicial dos ativos que cabem à Companhia, no montante de R\$ 114.981. Tendo em vista que a dívida, incluindo multas e encargos, excede o valor da avaliação pericial a Companhia solicitou reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

O referido ativo não circulante mantido para a venda corresponde somente aos bens integrantes do ativo imobilizado recebido pela Companhia, não havendo outros ativos, passivos e resultados que estejam relacionados com a mencionada transação.

Até 30.09.2014, os valores a receber da Eleja, no valor de R\$ 86.886, vinham sendo apresentados na rubrica “Valores a receber pela alienação de ativo”, no ativo não circulante. Esse montante correspondia ao valor presente da totalidade dos recebíveis da Eleja em julho de 2009, mês em que a Eleja suspendeu os pagamentos das parcelas devidas e, em consequência, a Companhia iniciou o processo de execução judicial do contrato de venda do empreendimento. A Companhia, a partir daquele mês, de forma prudente, deixou de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os recebíveis decorrentes dessa transação.

Notas Explicativas

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Fiscais	95.968	92.724	96.531	93.485
Cíveis	10.627	8.259	11.666	8.817
Trabalhistas	5.047	4.228	5.165	4.552
	111.642	105.211	113.362	106.854

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas administrativas e judiciais. Do montante registrado em 30.09.2014, R\$ 43.861 (R\$ 38.703 em 31.12.2013) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável registradas em seu passivo.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais relativos ao processo de Pis e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 30.09.2014, é de R\$ 48.888, na controladora e no consolidado (R\$ 49.192 em 31.12.2013).

10– INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	30.09.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.597.161	2.336.073
“Ágio” (Direito de concessão)	77.689	80.193
	2.674.850	2.416.266

Notas Explicativas

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2013	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 30.09.2014
Itasa⁹	323.129	-	2.848	(23.010)	302.967
CEE¹⁰	1.002.589	-	(8.963)	-	993.626
Lages¹¹	59.198	-	5.601	(18.720)	46.079
TBLC¹²	130.662	-	137.713	(126.462)	141.913
TBLP¹³	819.344	222.710	69.371	-	1.111.425
Outros	1.151	-	-	-	1.151
Total	2.336.073	222.710	206.570	(168.192)	2.597.161

b.2) Informações adicionais

	Itasa	CEE	Lages	TBLC	TBLP
Participação (%)	48,75%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
31.12.2013					
Ativo total	703.192	2.656.884	77.553	492.426	1.501.358
Patrimônio líquido	662.829	1.002.589	59.198	130.662	822.582
30.09.2014					
Ativo total	654.780	2.558.508	55.881	484.686	1.837.274
Patrimônio líquido	621.471	993.626	46.079	141.913	1.115.186
3º trimestre de 2014					
Receita líquida	31.540	100.300	11.604	705.646	62.206
Lucro líquido (Prejuízo)	(1.317)	(17.933)	1.693	68.131	26.899
9 meses de 2014					
Receita líquida	104.285	281.377	34.078	2.105.805	178.172
Lucro líquido (Prejuízo)	5.842	(8.963)	5.601	137.713	69.894

Em 30.09.2014, a participação de acionistas não controladores na investida Ibitiúva Bioenergética S.A., no patrimônio líquido e no lucro líquido da TBLP acima apresentado, é de R\$ 3.761 e R\$ 523, respectivamente.

⁹ Itá Energética S.A., operação em conjunto.

¹⁰ Companhia Energética Estreito

¹¹ Lages Bioenergética Ltda.

¹² Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

¹³ Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

Notas Explicativas

c) Aquisição de novos projetos

- Ferrari Termoelétrica S.A.

Em fevereiro de 2014, a controlada TBLP concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. pelo valor de R\$ 176.139, cuja composição é a seguinte:

(i) R\$ 160.930 – valor pago na data do fechamento, dos quais R\$ 46.073 foram depositados em conta vinculada para liberação quando do cumprimento de determinadas condições precedentes, quais sejam: (a) R\$ 34.000 - implantação de melhorias na eficiência do processo de co-geração, obtenção de licença ambiental, bem como revisão da garantia física da usina para 35,6 MW médios; e (b) 12.073 - revisão técnica do turbo gerador, conclusão de obras de adequação das subestações, entre outras.

(ii) R\$ 4.209 – montante pago em abril de 2014, relativo ao ajuste de preço decorrente da variação do capital de giro e endividamento líquido entre a data da assinatura do contrato e a data do fechamento do negócio.

(iii) R\$ 11.000 – valor que será pago mediante o compromisso de fornecimento de combustível adicional pelo vendedor em quantidade e qualidade suficientes para que a UTE Ferrari gere 35,6 MW médios de energia elétrica.

O valor atualizado do depósito mencionado no item (i), no montante de R\$ 47.301, conforme mencionado na Nota 7 – Depósitos Vinculados, somado ao compromisso citado no item (iii), resulta no montante total de R\$ 58.301, o qual está registrado no passivo demonstrado na Nota 19 - Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos.

A Ferrari Termoelétrica S.A. é uma sociedade de propósito específico detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari (UTE Ferrari), um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A UTE Ferrari conta com uma capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios, dos quais 18,0 MW médios foram contratados em Leilões de Energia Elétrica destinados ao Ambiente de Contratação Regulada.

A Companhia está em processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos visando proceder às devidas alocações no balanço de aquisição, conforme as regras de combinação de negócios.

Em abril de 2014, a Companhia iniciou as atividades direcionadas à modernização e ampliação da UTE, de modo a elevar a sua capacidade comercial para 35,6 MW médios, bem como a de sua capacidade instalada para 80,5 MW.

Notas Explicativas

- Projeto Campo Largo

Em junho de 2014, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. e CLWP Brasil III Participações Ltda., pelos montantes de R\$ 22.042 e R\$ 34.410, respectivamente, dos quais R\$ 8.750 referem-se a parcelas condicionadas ao aumento de capacidade instalada, atualizadas pela variação do IPCA e de juros de 1,5% a.a.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP II é detentora de 5 sociedades de propósito específico (SPE), totalizando um potencial de desenvolvimento de 150 MW, e a CLWP III detém 10 SPE, com potencial total de 300 MW.

Os projetos se encontram em fase de avaliações e estudos internos quanto à sua implantação.

d) “Ágio” (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE
Saldos em 31.12.2013	80.193
Amortização	(2.504)
Saldos em 30.09.2014	77.689

Os valores relativos aos “Ágios” (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

Notas Explicativas

11- IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação %	Controladora			
		30.09.2014		31.12.2013	
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7	5.070.718	(2.568.789)	2.501.929	2.611.608
Edificações e benfeitorias	3,0	1.496.300	(829.104)	667.196	696.891
Máquinas e equipamentos	4,0	6.108.765	(3.923.840)	2.184.925	2.295.728
Móveis e utensílios	6,3	9.093	(4.339)	4.754	4.901
Veículos	14,3	2.892	(1.583)	1.309	460
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(68.698)	-	(68.698)	(68.698)
(-) Obrigações especiais		(12.947)	-	(12.947)	(13.087)
		12.606.123	(7.327.655)	5.278.468	5.527.803
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		958	-	958	1.005
Edificações e benfeitorias		8.624	-	8.624	6.411
Máquinas e equipamentos		187.033	-	187.033	95.518
Adiantamento a fornecedores		64.728	-	64.728	77.452
Aquisições a ratear		12.278	-	12.278	5.776
		273.621	-	273.621	186.162
		12.879.744	(7.327.655)	5.552.089	5.713.965

	Taxa média de depreciação %	Consolidado			
		30.09.2014		31.12.2013	
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0	7.109.254	(2.857.041)	4.252.213	4.413.281
Edificações e benfeitorias	3,2	1.787.649	(902.391)	885.258	908.946
Máquinas e equipamentos	4,0	8.515.489	(4.342.050)	4.173.439	4.151.181
Móveis e utensílios	6,3	9.875	(4.718)	5.157	5.324
Veículos	14,3	4.225	(2.101)	2.124	1.119
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(72.837)	-	(72.837)	(72.837)
(-) Obrigações especiais		(13.072)	-	(13.072)	(13.212)
		17.340.583	(8.108.301)	9.232.282	9.393.802
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		1.658	-	1.658	7.935
Edificações e benfeitorias		10.292	-	10.292	12.095
Máquinas e equipamentos		192.423	-	192.423	131.781
Adiantamento a fornecedores		102.030	-	102.030	148.140
Aquisições a ratear		16.634	-	16.634	14.474
		323.037	-	323.037	314.425
		17.663.620	(8.108.301)	9.555.319	9.708.227

Notas Explicativas

b) Mutação do ativo imobilizado

Controladora								
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Redução ao valor recuperável	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2013	2.611.608	696.891	2.295.728	5.361	186.162	(68.698)	(13.087)	5.713.965
Ingressos	-	-	-	-	124.810	-	140	124.950
Juros capitalizados	-	-	-	-	216	-	-	216
Transferências	(6.629)	1.306	41.041	1.849	(37.567)	-	-	-
Baixas	-	(78)	(514)	(63)	-	-	-	(655)
Depreciação	(103.050)	(30.923)	(151.330)	(1.084)	-	-	-	(286.387)
Saldos em 30.09.2014	2.501.929	667.196	2.184.925	6.063	273.621	(68.698)	(12.947)	5.552.089

Consolidado								
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Redução ao valor recuperável	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2013	4.413.281	908.946	4.151.181	6.443	314.425	(72.837)	(13.212)	9.708.227
Ingressos	-	-	-	-	192.322	-	140	192.462
Aquisição Ferrari	-	7.463	60.422	137	13.251	-	-	81.273
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.246	-	-	1.246
Transferências	303	8.368	187.551	1.985	(198.207)	-	-	-
Baixas	-	(78)	(608)	(62)	-	-	-	(748)
Depreciação	(161.371)	(39.441)	(225.107)	(1.222)	-	-	-	(427.141)
Saldos em 30.09.2014	4.252.213	885.258	4.173.439	7.281	323.037	(72.837)	(13.072)	9.555.319

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original dos empreendimentos hidrelétricos, ao final dos seus prazos da concessão e autorização.

Dessa forma, a Companhia, está depreciando esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão ou autorização, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das mesmas.

Ainda segundo interpretação da referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Em consequência, esses ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

d) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Além dos valores reconhecidos em 2013, não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável de outros ativos na Companhia.

Notas Explicativas

12- INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		30.09.2014		31.12.2013	
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	36.590	(26.214)	10.376	10.920

		Consolidado			
		30.09.2014		31.12.2013	
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Mais-valia na aquisição da Ferrari	-	135.524	-	135.524	-
Direito de uso	Até 2037	44.952	(27.942)	17.010	16.907
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(10.527)	54.034	58.546
Condicionantes de licença de operação	Até 2014	22.244	(21.088)	1.156	6.889
Direitos do Projeto Trairi	Até 2041	12.668	(413)	12.255	12.668
Direitos do Projeto Campo Largo	-	77.182	-	77.182	21.670
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	6.565	-	6.565	6.565
Gastos com desenvolvimento de projetos	-	9.746	-	9.746	3.107
		373.442	(59.970)	313.472	126.352

- Mais-valia na aquisição da Ferrari

A Companhia está em processo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos visando proceder às devidas alocações no balanço patrimonial da mais-valia paga na aquisição da Ferrari. Maiores detalhes estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

- Direitos do Projeto Campo Largo

Em junho de 2014, a Companhia registrou os direitos do projeto de geração de energia eólica Campo Largo adquiridos em combinação de negócios, os quais correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos. A amortização desses direitos será iniciada a partir do início da operação comercial dos projetos eólicos e será limitada ao prazo de autorização das respectivas usinas. Outros detalhes sobre a aquisição estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	10.920	126.352
Mais-valia na aquisição da Ferrari	-	135.524
Aquisições de projetos	-	55.511
Demais ingressos	2.812	10.750
Amortização	(3.356)	(14.665)
Saldos em 30.09.2014	10.376	313.472

Notas Explicativas

13- FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Energia elétrica comprada para revenda	35.878	9.017	127.581	81.425
Transações no mercado de curto prazo	-	111.097	391	216.851
Encargos de uso da rede elétrica	33.820	29.484	40.961	36.032
Materiais e serviços	49.130	30.827	64.705	43.787
Combustíveis fósseis e biomassa	133.351	84.630	134.866	86.366
Fornecedores de imobilizado e intangível	8.728	16.656	22.056	45.885
	260.907	281.711	390.560	510.346

A variação na rubrica “Transações no mercado de curto prazo” decorre do fato da Companhia ter ficado exposta na CCEE no final do ano de 2013 e credora no final do terceiro trimestre de 2014.

Notas Explicativas

14- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Não		Total	Não		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	286.667	-	286.667
Nordic Investment Bank	-	157.144	157.144	-	149.990	149.990
BNDES	16.003	129.360	145.363	16.003	141.363	157.366
Bancos (Repasse BNDES)	33.276	276.529	309.805	32.317	298.811	331.128
Encargos	2.510	-	2.510	7.635	-	7.635
	51.789	563.033	614.822	342.622	590.164	932.786
Moeda estrangeira sem hedge						
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	123.816	123.816	-	129.060	129.060
Encargos	3.355	-	3.355	367	-	367
	3.355	123.816	127.171	367	129.060	129.427
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com hedge						
HSBC USA	219.725	244.263	463.988	-	210.329	210.329
Encargos	586	-	586	350	-	350
	220.311	244.263	464.574	350	210.329	210.679
Total empréstimos e financiamentos	275.455	931.112	1.206.567	343.339	929.553	1.272.892
Hedge (swap) - posição ativa:						
Mensurado ao valor justo						
HSBC Brasil – <i>swap</i> ¹⁴	10.101	12.244	22.345	-	1.115	1.115
	10.101	12.244	22.345	-	1.115	1.115
Empréstimos e financiamentos, líquidos do hedge	265.354	918.868	1.184.222	343.339	928.438	1.271.777

¹⁴ Registrado nas rubricas “Outros ativos circulantes” e “Outros ativos não circulantes”

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	286.667	-	286.667
Nordic Investment Bank	-	157.144	157.144	-	149.990	149.990
BNDES	124.331	1.432.967	1.557.298	119.369	1.498.097	1.617.466
Bancos (Repasse BNDES)	71.169	791.861	863.030	68.392	830.932	899.324
Banco do Brasil	3.966	8.262	12.228	3.966	11.237	15.203
Encargos	8.414	-	8.414	13.732	-	13.732
	207.880	2.390.234	2.598.114	492.126	2.490.256	2.982.382
Moeda estrangeira sem hedge						
BNP Paribas (<i>Floating Rate Note</i>)	-	123.816	123.816	-	129.060	129.060
Encargos	3.355	-	3.355	367	-	367
	3.355	123.816	127.171	367	129.060	129.427
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com hedge						
HSBC USA	219.725	244.263	463.988	-	210.329	210.329
Encargos	586	-	586	350	-	350
	220.311	244.263	464.574	350	210.329	210.679
Total empréstimos e financiamentos	431.546	2.758.313	3.189.859	492.843	2.829.645	3.322.488
Hedge (swap) – posição ativa:						
Mensurado ao valor justo						
HSBC Brasil – <i>swap</i>	10.101	12.244	22.345	-	1.115	1.115
	10.101	12.244	22.345	-	1.115	1.115
Empréstimos e financiamentos, líquidos do hedge	421.445	2.746.069	3.167.514	492.843	2.828.530	3.321.373

Notas Explicativas

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Saldos em 31.12.2013	343.339	928.438	1.271.777	492.843	2.828.530	3.321.373
Ingressos	-	233.854	233.854	-	234.415	234.415
Aquisição Ferrari	-	-	-	6.152	38.354	44.506
Juros no resultado	71.567	-	71.567	179.976	-	179.976
Juros capitalizados	216	-	216	1.246	-	1.246
Variações monetárias	51	6.993	7.044	51	6.993	7.044
Variações cambiais	(22)	(5.244)	(5.266)	(22)	(5.244)	(5.266)
Ajuste a valor justo	(18)	26	8	(18)	26	8
Transferências	245.199	(245.199)	-	357.005	(357.005)	-
Amortização de principal	(322.907)	-	(322.907)	(434.214)	-	(434.214)
Amortização de juros	(72.071)	-	(72.071)	(181.574)	-	(181.574)
Saldos em 30.09.2014	265.354	918.868	1.184.222	421.445	2.746.069	3.167.514

c) Principais transações realizadas no período de nove meses de 2014

- Empréstimo no HSBC Bank USA

Em março de 2014, a Companhia contratou um empréstimo junto ao HSBC Bank no valor de US\$ 100.000 (equivalente a R\$ 230.940). As principais condições contratadas foram as seguintes:

- Juros: 1,429411% a.a. fixos;
- Vencimento do principal: Única parcela ao final do contrato em 10.03.2016;
- Amortização dos juros: trimestralmente com início em 10.06.2014 e término em 10.03.2016.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R\$ 230.940, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 1,429411% a.a. e uma posição passiva equivalente a 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do swap ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

- Aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Conforme comentado na Nota 10 – Investimentos, em fevereiro de 2014, a controlada TBLP adquiriu a totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica. O financiamento Direto com o BNDES e o Repasse do BNDES, através do Itaú BBA, cujos saldo na data da aquisição era de R\$ 44.506, têm as seguintes características:

- Vencimento: junho de 2021;
- Amortização de principal e pagamento dos juros: mensal;
- Juros: TJLP + 1,91% a.a. para a modalidade Direto e TJLP + 3,40% a.a. para o Repasse.

Notas Explicativas

- Empréstimo no BNDES

Em setembro de 2014, a Companhia assinou contrato com o BNDES, no valor de R\$ 318.064, para financiamento da modernização da UHE Salto Santiago, da UHE Passo Fundo e da UTE Jorge Lacerda A (unidades 1 e 2). A liberação dos recursos depende do cumprimento de determinadas condições estabelecidas no contrato. Do total a ser financiado, R\$ 273.414 terão juros equivalentes a TJLP + 2,26% e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020; R\$ 42.850 pagarão juros fixos de 6% a.a. e amortizações mensais entre agosto de 2016 e julho de 2024; e R\$ 1.800 terão juros correspondentes a TJLP e amortizações mensais de agosto de 2016 a julho de 2020.

d) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora				Consolidado			
	Moeda estrangeira				Moeda estrangeira			
	Moeda nacional	Sem hedge	Com hedge	Total	Moeda nacional	Sem hedge	Com hedge	Total
Outubro a dezembro de 2015	17.915	123.816	-	141.731	55.591	123.816	-	179.407
2016	72.017	-	232.019	304.036	223.268	-	232.019	455.287
2017	72.025	-	-	72.025	223.543	-	-	223.543
2018	72.025	-	-	72.025	218.707	-	-	218.707
2019	72.025	-	-	72.025	217.255	-	-	217.255
2020 a 2024	257.026	-	-	257.026	923.067	-	-	923.067
2025 a 2029	-	-	-	-	528.803	-	-	528.803
Empréstimos e financiamentos, líquidos do hedge	563.033	123.816	232.019	918.868	2.390.234	123.816	232.019	2.746.069

Notas Explicativas

e) Principais condições contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldos em 30.09.2014
Moeda nacional				
Controladora				
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: trimestral a partir de 10.2015 Juros: trimestrais	158.159
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	145.813
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,25% a.a. ^(a)	10.2023	Mensais	294.519
Bancos (Repasse Fname) ^(b)	2,5% a.a. e 3,5% a.a.	01.2024	Principal: mensal Juros: mensais e trimestrais	16.331
Controladas:				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	799.060
BNDES – Crédito Social ^(e)	TJLP	06.2018	Mensais	19.046
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 2,95% a.a. ^(a)	09.2029	Mensais	542.540
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. ^(c)	10.2017	Mensais	12.315
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	81.381
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. ^(a)	12.2023	Mensais	54.918
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. ^(a)	06.2024	Mensais	46.300
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. ^(a)	01.2021	Mensais	22.660
BNDES (Subcrédito B) ^(d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	22.540
Complexo Eólico Trairi (BNDES) ^(f)	TJLP + 2,51% ^(a)	07.2029	Mensais	341.533
Ferrari				
BNDES	TJLP + 1,91% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	28.543
Bancos (Repasse BNDES) ^(b)	TJLP + 3,40% a.a. ^(a)	06.2021	Mensais	12.456

Continua na próxima página

^(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

^(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

^(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

^(d) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

^(e) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

^(f) Para financiamento do Complexo Eólico Trairi que compõe as seguintes empresas: Trairi, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

Notas Explicativas

			Continuação	
			Condições de pagamento	
Empresas / Bancos	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldos em 30.09.2014
Moeda estrangeira				
Controladora				
BNP Paribas (Floating Rate Note)	Euribor + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	127.171
HSBC USA I ^(g)	1,3882% a.a.	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	210.015
HSBC USA II ^(h)	1,429411% a.a.	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	232.214

^(g) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 99,9% do CDI.

^(h) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 97,0% do CDI.

f) Compromissos financeiros contratuais (covenants)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

15- DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado
	31.12.2013
Circulante	
2ª Emissão – série única	166.706
Juros	7.366
	174.072

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31.12.2013	174.072
Juros no resultado	4.421
Variações monetárias	6.101
Amortização de principal	(172.518)
Amortização de juros	(12.076)
Saldo em 30.09.2014	-

Em maio de 2014 foi realizado o pagamento da terceira e última parcela das debêntures no valor de R\$ 184.594, sendo R\$ 172.518 referentes à amortização de principal e R\$ 12.076 relativos ao pagamento de juros.

Notas Explicativas

16- CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Usina Hidrelétrica Cana Brava	641.719	587.992	641.719	587.992
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	566.678	524.297	566.678	524.297
Usina Hidrelétrica São Salvador	456.235	439.539	456.235	439.539
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	45.007	43.341
	1.664.632	1.551.828	1.709.639	1.595.169
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	50.047	47.397	54.657	51.763
Passivo não circulante	1.614.585	1.504.431	1.654.982	1.543.406
	1.664.632	1.551.828	1.709.639	1.595.169

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas, a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2013	47.397	1.504.431	1.551.828	51.763	1.543.406	1.595.169
Juros no resultado	-	109.486	109.486	-	112.673	112.673
Variações monetárias	-	40.393	40.393	-	42.418	42.418
Transferências	39.725	(39.725)	-	43.515	(43.515)	-
Amortizações	(37.075)	-	(37.075)	(40.621)	-	(40.621)
Saldos em 30.09.2014	50.047	1.614.585	1.664.632	54.657	1.654.982	1.709.639

Notas Explicativas

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Outubro a dezembro de 2015	11.760	12.841
2016	44.340	48.412
2017	40.316	44.018
2018	36.659	40.024
2019	41.989	45.049
2020 a 2024	503.642	515.233
2025 a 2029	595.904	603.100
2030 a 2034	324.581	329.049
2035 a 2038	15.394	17.256
	1.614.585	1.654.982

17- IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Imposto de renda	186.510	334.442	203.253	336.524
Contribuição social	60.108	103.412	64.673	104.553
	246.618	437.854	267.926	441.077
(-) Tributos federais a compensar	(19.700)	(6.267)	(20.135)	(6.911)
	226.918	431.587	247.791	434.166

As obrigações fiscais corrente são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

Notas Explicativas

18- OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Tributos federais				
Pis e Cofins	33.565	11.765	38.079	12.581
INSS	4.036	3.184	4.624	3.955
Outros	1.262	1.807	1.263	1.850
	38.863	16.756	43.966	18.386
(-) Tributos federais a compensar	(4.036)	(5.077)	(4.117)	(5.390)
	34.827	11.679	39.849	12.996
Tributos estaduais				
ICMS a pagar	3.184	3.655	19.314	16.256
(-) Tributos estaduais a compensar	(2.343)	(1.988)	(2.386)	(1.989)
	841	1.667	16.928	14.267
Tributos municipais				
ISSQN ¹⁵	839	654	1.127	1.701
Obrigações regulatórias				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	27.246	28.896	30.835	32.894
Taxa de fiscalização	866	903	1.128	1.069
	28.112	29.799	31.963	33.963
	64.619	43.799	89.867	62.927

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

¹⁵ Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Notas Explicativas

19- OBRIGAÇÕES VINCULADAS À AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013
Ferrari Termoeletrica	58.301	-
Projeto Santa Mônica	4.074	3.895
Projeto Campo Largo	9.246	12.524
	71.621	16.419
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	70.829	3.573
Passivo não circulante	792	12.846
	71.621	16.419

Nesta rubrica estão classificadas as obrigações relacionadas à aquisição de investimentos cuja liquidação está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes. Maiores detalhes sobre a operação de compra da Ferrari Termoeletrica S.A. estão descritas na Nota 10 – Investimentos.

20- PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Riscos prováveis:				
Fiscais				
INSS	17.712	16.904	17.712	16.904
Outros	1.728	3.901	2.389	4.491
	19.440	20.805	20.101	21.395
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	90.494	79.745	90.494	79.745
Contratos com fornecedores	27.527	26.661	27.527	26.661
Benefícios de aposentadoria	13.095	12.072	13.095	12.072
Ambientais	10.688	9.117	10.688	9.117
Doença ocupacional e acidente do trabalho	2.527	2.352	2.527	2.352
Desapropriações	23.041	20.991	23.041	20.991
Ações diversas	10.515	10.570	13.160	12.725
	177.887	161.508	180.532	163.663
Trabalhistas	10.816	9.646	11.269	9.914
Total	208.143	191.959	211.902	194.972
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	16.076	14.305	16.907	15.136
Passivo não circulante	192.067	177.654	194.995	179.836
	208.143	191.959	211.902	194.972

Notas Explicativas

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:

a.1) Riscos fiscais

- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 30.09.2014 é de R\$ 15.439 (R\$ 14.801 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.2) Riscos cíveis

- Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e o valor que entende ser devido, e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No terceiro trimestre de 2013, foi proferida sentença de mérito julgando a ação parcialmente procedente à Companhia, porém a Aneel e alguns agentes apelaram da decisão para o Tribunal de Justiça.

- Contratos com fornecedores – Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Em novembro de 2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A mesma se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 30.09.2014 é de R\$ 25.419 (R\$ 23.665 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

Notas Explicativas

Controladora						
	30.09.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	230.841	117.761	348.602	227.760	271.796	499.556
Cíveis	17.816	798	18.614	16.409	455	16.864
Trabalhistas	5.691	26.170	31.861	8.098	23.932	32.030
	254.348	144.729	399.077	252.267	296.183	548.450

Consolidado						
	30.09.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	296.441	128.619	425.060	290.421	285.120	575.541
Cíveis	41.420	1.872	43.292	42.550	607	43.157
Trabalhistas	7.077	26.170	33.247	10.103	23.932	34.035
	344.938	156.661	501.599	343.074	309.659	652.733

b.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

- Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de “denúncia espontânea”, desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R\$ 495. Apesar do valor não ser expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 30.09.2014 é de R\$ 60.302 (R\$ 57.927 em 31.12.2013) na controladora e no consolidado.

- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

Notas Explicativas

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir disponibilização do consumo medido pela distribuidora é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC, foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para ambos foi negado provimento ao pedido, bem como indeferido o Recurso. Em relação aos processos cujos recursos na esfera administrativa não foram admitidos, a TBLC ingressou com Ação judicial inclusive efetuando a garantia do juízo via fiança bancária em ambos os autos, sendo que em um dos processos a Companhia obteve liminar deferida e o outro se encontra pendente de julgamento.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, aos quais, em 04.09.2014, foram negados provimentos encerrando a atuação na esfera administrativa. O processo vai retornar ao órgão de origem que efetuará os devidos ajustes e a Companhia aguarda nova intimação para pagamento ou inscrição na Dívida Ativa, para oportunamente, discutir judicialmente.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 30.09.2014 é de R\$ 17.152 (R\$ 16.389 em 31.12.2013), na controladora, e de R\$ 66.554 (R\$ 63.230 em 31.12.2013), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Notas Explicativas

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através de Medida Provisória emitida em 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 30.09.2014 é de R\$ 31.762 (R\$ 30.736 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Recuperação de Pis e Cofins – CCC/CDE

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do Pis e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o Pis, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do Pis e da Cofins, objeto de questionamento, referia-se à rubrica contábil denominada “Receita de Subvenção CCC”, destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC) (Subvenção CCC).

Os combustíveis fósseis para geração de energia termoeletrica são adquiridos com recursos da CCC, sob a administração da Eletrobras, não representando, portanto, ônus para as geradoras.

A sistemática de contabilização prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definia que o consumo de tais combustíveis fosse reconhecido como custo de operação em contrapartida de receita de Subvenção CCC.

Ao constatar que a forma de contabilização não era adequada, porquanto, o combustível não constituía ônus das geradoras, não sendo apropriado seu reconhecimento como custo e, concomitantemente, receita, a Aneel procedeu à alteração do Manual de Contabilidade para, a partir do exercício social de 2006, refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Notas Explicativas

Em razão do reconhecimento, pela Aneel, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado e, conseqüentemente, a base de cálculo do Pis e da Cofins continha valores que não possuíam natureza de receita, a Companhia compensou, através do Pedido de Habilitação de Créditos Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R\$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do Pis e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade em 31.03.2009. Esta contingência vinha sendo avaliada como de risco remoto até o seu trânsito em julgado, conforme a seguir mencionado.

Em 23.06.2014, a RFB, deu ciência do Acórdão, de 30.04.2014, da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis (DRJ), cujo teor deu provimento a Manifestação de Inconformidade interposta pela Companhia, reconhecendo o direito creditório discutido nos autos, no qual as compensações foram homologadas em sua integralidade, resultando na total extinção dos débitos, com o arquivamento dos autos. Em virtude da decisão, os registros que vinham sendo apresentados como de risco remoto, cujo montante atualizado em 23.06.2014 é de R\$ 160.330 (R\$ 157.891 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado, deixaram de ser mencionados nas notas explicativas.

Em relação ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 31 autos de infração, cujo montante, em 30.09.2014, é de R\$ 105.560 (R\$ 95.927 em 31.12.2013), que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que, não obstante a alteração introduzida no Manual de Contabilidade pela Aneel, o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos.

Dos 31 processos, 16 encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já julgou 11 processos, no montante de R\$ 7.005, pela manutenção do lançamento do fisco. Um processo foi favorável a Companhia, por unanimidade de votos do colegiado, que anulou o Despacho Decisório, no valor de R\$ 117. Os 4 processos pendentes de julgamento no CARF totalizam R\$ 17.547. Considerando que o CARF consignou entendimento em desacordo com o princípio da verdade material, negando a análise de documentos acostados aos autos que comprovariam a regularidade das informações prestadas ao Fisco Federal e a inexistência de receita nos lançamentos contábeis, em dissonância com entendimento jurisprudencial pacífico firmado naquela corte, a Companhia ingressou com Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Os processos remanescentes, no montante de R\$ 81.008, aguardam decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ).

No que concerne a este segundo período, em que o mérito está associado à não caracterização do lançamento contábil como receita, em razão do julgamento desfavorável à Companhia em 11 processos, cuja intimação foi recebida em 22.01.2014, o risco foi classificado como possível. A Companhia aguarda o julgamento dos processos.

Notas Explicativas

21- OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição das obrigações com benefícios de aposentadoria da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	30.09.2014			31.12.2013		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Contrato de confissão de dívidas	10.598	83.614	94.212	21.535	55.548	77.083
Contribuições correntes	24	-	24	872	-	872
Déficit não contratado	18.229	101.734	119.963	6.444	134.120	140.564
Passivo atuarial registrado	28.851	185.348	214.199	28.851	189.668	218.519

As obrigações com benefícios de aposentadoria reconhecidas estão parcialmente cobertas por instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Outubro a dezembro de 2015	941	484	1.425
2016	4.089	2.126	6.215
2017	4.334	2.254	6.588
2018	4.594	2.389	6.983
2019	4.870	2.532	7.402
2020 a 2024	25.835	8.642	34.477
2025 a 2029	17.892	-	17.892
2030 a 2033	2.632	-	2.632
	65.187	18.427	83.614

Notas Explicativas

A movimentação das “Obrigações com benefícios de aposentadoria”, por plano, está resumida a seguir:

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2013	210.026	5.847	-	2.646	218.519
Custo do serviço corrente	-	27	-	61	88
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	18.262	295	(24)	197	18.730
Contribuições	-	(1.275)	-	-	(1.275)
Pagamentos de obrigações contratadas	(19.185)	(2.442)	(236)	-	(21.863)
Passivo registrado em 30.09.2014	209.103	2.452	(260)	2.904	214.199

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado de outubro a dezembro de 2014, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	9	-	20	29
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	6.087	98	(8)	67	6.244
Despesa líquida	6.087	107	(8)	87	6.273

a.1) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a aproximadamente 7% da remuneração do empregado.

Notas Explicativas

22- IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

Natureza dos créditos	Controladora				
	30.09.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	798.683	199.671	71.881	271.552	288.059
Ganho não realizado em operações de <i>swap</i>	21.991	5.498	1.979	7.477	48.076
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Depreciação acelerada incentivada	65.765	16.441	5.919	22.360	16.028
Valor justo de concessão a pagar	44.097	11.024	3.969	14.993	15.557
Outros	727	183	66	249	-
Subtotal		259.681	93.485	353.166	404.255
Ativo:					
RIC ¹⁶	112.796	28.199	-	28.199	30.928
Obrigações com benefícios de aposentadoria	119.963	29.991	10.797	40.788	38.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.806	32.952	11.863	44.815	44.815
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	199.877	49.969	17.989	67.958	62.455
Provisão para redução ao valor recuperável	61.160	15.290	5.504	20.794	23.358
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	91.877	22.969	8.269	31.238	30.626
Ajuste a valor presente	14.299	3.575	1.287	4.862	4.718
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	-	-	-	-	15.761
Outros	29.148	7.287	2.625	9.912	11.653
Subtotal		190.232	58.334	248.566	263.213
Total líquido		69.449	35.151	104.600	141.042

¹⁶ Remuneração das Imobilizações em Curso

Notas Explicativas

Natureza dos créditos	Consolidado				
	30.09.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	798.683	199.671	71.881	271.552	288.059
Ganho não realizado em operações de <i>swap</i>	21.991	5.498	1.979	7.477	48.076
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Depreciação acelerada incentivada	142.285	35.571	12.806	48.377	42.044
Valor justo de concessão a pagar	44.097	11.024	3.969	14.993	15.557
Outros	727	183	66	249	-
Subtotal		278.811	100.372	379.183	430.271
Ativo:					
RIC	112.796	28.199	-	28.199	30.928
Obrigações com benefícios de aposentadoria	119.963	29.991	10.797	40.788	38.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.943	33.486	12.055	45.541	45.535
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	202.347	50.588	18.212	68.800	63.330
Provisão para redução ao valor recuperável	61.160	15.290	5.504	20.794	23.358
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	91.877	22.969	8.269	31.238	30.626
Ajuste a valor presente	14.353	3.588	1.291	4.879	4.718
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	-	-	-	-	18.412
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	41.981	10.495	3.777	14.272	14.968
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	18.661	4.665	1.709	6.374	-
Outros	34.384	8.596	3.096	11.692	13.409
Subtotal		207.867	64.710	272.577	284.183
Total líquido		70.944	35.662	106.606	146.088
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		82.808	39.930	122.738	163.663
Ativo		(11.864)	(4.268)	(16.132)	(17.575)
Total		70.944	35.662	106.606	146.088

Apresentação dos tributos diferidos

A Companhia está apresentando os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de realiza-los pelo valor líquido.

Notas Explicativas

Expectativa de realização

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outubro a dezembro de 2014	6.828	4.917	14.363	4.917
2015	34.153	24.243	36.923	24.243
2016	52.308	23.826	53.475	23.826
2017	22.526	19.771	23.615	19.771
2018	63.730	18.227	64.706	18.227
2019 a 2021	23.094	105.927	26.013	107.553
2022 a 2024	8.543	64.890	11.420	69.768
2025 em diante	37.384	91.365	42.062	110.878
	248.566	353.166	272.577	379.183

23- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.09.2014 e 31.12.2013, é de R\$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 30.09.2014, é de R\$ 8,30 (R\$ 8,21 por ação em 31.12.2013).

O quadro societário da Companhia em 30.09.2014 e 31.12.2013 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 30.09.2014 e 31.12.2013, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 380.132 e 309.632 ações, respectivamente.

c) Outros resultados abrangentes

Referem-se aos ganhos e perdas atuariais diferidas, além do ajuste de avaliação patrimonial relativo ao custo atribuído ao ativo imobilizado, o qual está apresentado nesse grupo em virtude de não haver opção mais apropriada no formulário padrão do Sistema "EmpresasNet - ENET" da CVM.

Notas Explicativas

24- CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	602.558	474.663	1.660.128	1.421.263
Comercializadoras de energia elétrica	356.719	273.657	1.146.432	896.904
Consumidores livres	60.220	55.257	181.525	159.371
Transações no mercado de curto prazo	178.457	189.999	416.401	414.584
Recomposição de receita na CCEE	111.155	-	111.155	-
Outras receitas	12.992	13.521	44.493	42.015
	1.322.101	1.007.097	3.560.134	2.934.137
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Pis e Cofins	(105.943)	(84.660)	(301.386)	(244.184)
ICMS	(4.330)	(4.933)	(15.046)	(14.400)
ISS	(352)	(357)	(1.038)	(1.059)
Pesquisa e desenvolvimento	(9.820)	(8.536)	(21.139)	(25.320)
	(120.445)	(98.486)	(338.609)	(284.963)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.201.656	908.611	3.221.525	2.649.174
	Consolidado			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	868.962	767.737	2.435.970	2.282.596
Comercializadoras de energia elétrica	52.860	68.492	215.121	210.407
Consumidores livres	636.670	543.931	1.847.777	1.609.732
Transações no mercado de curto prazo	230.501	191.339	583.404	425.161
Recomposição de receita na CCEE	111.155	-	111.155	-
Outras receitas	7.920	9.028	34.243	35.262
	1.908.068	1.580.527	5.227.670	4.563.158
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Pis e Cofins	(155.834)	(136.903)	(443.909)	(392.255)
ICMS	(4.369)	(16.715)	(15.085)	(59.730)
ISS	(352)	(357)	(1.038)	(1.059)
Pesquisa e desenvolvimento	(10.948)	(10.090)	(23.228)	(29.406)
	(171.503)	(164.065)	(483.260)	(482.450)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.736.565	1.416.462	4.744.410	4.080.708

Notas Explicativas



25- DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a) Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	43.115	38.152	4.640	4.452	130.871	117.352	13.438	14.456
Serviço de terceiro	27.425	22.612	1.320	1.142	74.817	65.424	2.946	2.936
Material	6.308	7.247	385	303	18.852	19.234	872	751
Combustível	46.646	1.471	-	-	137.888	26.636	-	-
Royalties ¹⁷	39.702	37.627	-	-	103.590	79.333	-	-
Depreciação e amortização	91.926	89.908	-	-	283.824	267.056	-	-
Seguros	3.080	2.527	(21)	79	8.334	7.577	238	253
Taxa de fiscalização	2.598	2.590	-	-	7.816	7.772	-	-
Aluguéis	710	815	215	254	2.286	2.295	656	777
Reversão de passivos prescritos ¹⁸	-	-	-	-	(54.799)	-	-	-
Outros	2.100	6.949	28	13	6.508	12.216	61	(75)
	263.610	209.898	6.567	6.243	719.987	604.895	18.211	19.098

	Consolidado							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	44.241	38.975	4.640	4.452	134.192	120.295	13.438	14.456
Serviço de terceiro	36.143	29.985	1.320	1.142	99.537	87.192	2.946	2.936
Material	7.270	8.852	385	303	22.263	22.486	872	751
Combustível	51.741	4.810	-	-	152.735	38.452	-	-
Royalties	45.341	44.505	-	-	123.111	99.341	-	-
Depreciação e amortização	143.099	145.561	-	-	435.869	427.517	-	-
Seguros	3.790	3.222	(21)	79	10.563	10.368	238	253
Taxa de fiscalização	3.236	3.205	-	-	9.574	9.617	-	-
Aluguéis	1.618	1.303	215	254	4.962	3.526	656	777
Reversão de passivos prescritos	-	-	-	-	(54.799)	-	-	-
Outros	3.135	7.501	28	13	7.722	13.238	61	(75)
	339.614	287.919	6.567	6.243	945.729	832.032	18.211	19.098

¹⁷ Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

¹⁸ Reversão de passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão

Notas Explicativas



b) Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	1.367	1.198	17.478	16.059	4.965	4.252	54.524	49.451
Administradores	-	-	5.424	4.497	-	-	15.524	13.371
Serviço de terceiro	74	164	9.147	8.895	206	426	26.130	28.416
Material	6	7	313	619	11	17	975	1.437
Depreciação e amortização	-	-	1.975	1.815	-	-	5.919	6.022
Aluguéis	52	50	1.366	1.288	165	161	4.380	3.432
Propaganda e publicidade	-	-	801	987	-	-	2.536	2.948
Indenizações	-	-	224	662	-	-	579	2.040
Custeio administrativo das fundações	-	-	1.122	1.316	-	-	3.352	3.669
Contribuições e doações	791	1.003	1.075	942	2.432	3.044	4.032	3.050
Outros	119	-	1.864	2.256	233	-	6.966	7.043
	2.409	2.422	40.789	39.336	8.012	7.900	124.917	120.879

	Consolidado							
	3º trimestre				Acumulado 9 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	1.367	1.198	17.853	16.557	4.965	4.252	55.609	50.584
Administradores	-	-	5.754	4.870	-	-	16.794	14.415
Serviço de terceiro	832	1.570	9.551	9.509	3.211	4.284	27.659	30.349
Material	6	7	316	624	11	17	984	1.448
Depreciação e amortização	-	-	1.982	1.821	-	-	5.937	6.041
Aluguéis	52	50	1.288	1.498	165	161	4.612	3.970
Propaganda e publicidade	-	-	801	987	-	-	2.536	2.948
Indenizações	-	-	224	661	-	-	1.540	2.104
Custeio administrativo das fundações	-	-	1.122	1.316	-	-	3.352	3.669
Contribuições e doações	1.302	1.585	4.836	1.127	3.919	4.590	7.995	3.784
Outros	271	26	2.055	2.558	701	27	7.635	7.259
	3.830	4.436	45.782	41.528	12.972	13.331	134.653	126.571

Notas Explicativas

**26- RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	11.547	13.958	43.959	34.735
Renda de depósitos vinculados	884	295	2.427	653
Juros sobre valores a receber	1.359	4.000	6.786	7.391
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.772	2.295	8.120	6.566
Ganho financeiro em ação judicial	5.906	-	11.032	29.256
Ganho na liquidação antecipada de dívida	-	49.126	-	49.126
Encargos financeiros sobre passivos prescritos ¹⁹	-	-	61.408	-
Outras receitas financeiras	197	358	4.005	3.114
	22.665	70.032	137.737	130.841
Despesas financeiras				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	23.987	12.510	71.567	33.202
Debêntures	-	2.968	4.421	13.721
Concessões a pagar	37.479	23.190	109.486	66.714
Obrigações com benefícios de aposentadoria	6.243	4.967	18.730	14.902
Provisões	2.557	2.067	8.385	7.014
Variação Monetária sobre:				
Empréstimos e financiamentos	1.184	287	7.044	4.186
Debêntures	-	717	6.101	11.064
Concessões a pagar	(7.725)	17.069	40.393	32.801
Provisões	916	592	6.651	4.767
Variação cambial de empréstimos	3.303	14.189	(5.266)	29.601
Outras despesas financeiras	2.422	4.976	11.147	13.387
	70.366	83.532	278.659	231.359
Despesas financeiras, líquidas	47.701	13.500	140.922	100.518

¹⁹ Reversão de encargos sobre passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão

Notas Explicativas



	Consolidado			
	3º trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	19.653	21.846	67.651	52.575
Renda de depósitos vinculados	3.563	2.639	9.679	6.588
Juros sobre valores a receber	2.767	2.196	7.448	6.542
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.803	2.327	8.220	6.664
Ganho financeiro em ação judicial	5.906	-	11.032	29.256
Ganho na liquidação antecipada de dívida	-	49.126	-	49.126
Encargos financeiros sobre passivos prescritos	-	-	61.408	-
Outras receitas financeiras	231	411	4.215	3.267
	34.923	78.545	169.653	154.018
Despesas financeiras				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	60.343	53.632	179.976	153.845
Debêntures	-	2.968	4.421	13.721
Concessões a pagar	38.562	34.657	112.673	100.408
Obrigações com benefícios de aposentadoria	6.243	4.967	18.730	14.902
Provisões	2.599	2.091	8.498	7.091
Variação Monetária sobre:				
Empréstimos e financiamentos	1.184	287	7.044	4.186
Debêntures	-	717	6.101	11.064
Concessões a pagar	(7.415)	19.446	42.418	49.699
Provisões	924	658	6.780	4.898
Variação cambial de empréstimos	3.303	14.189	(5.266)	29.601
Outras despesas financeiras	3.666	6.876	16.193	16.864
	109.409	140.488	397.568	406.279
Despesas financeiras, líquidas	74.486	61.943	227.915	252.261

Notas Explicativas

27- CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	2014		2013		2014		2013	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	747.840	747.840	574.199	574.199	1.264.742	1.264.742	1.648.226	1.648.226
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(186.960)	(67.306)	(143.550)	(51.678)	(316.186)	(113.827)	(412.057)	(148.340)
Diferenças permanentes:								
Equivalência patrimonial	28.454	10.243	12.029	4.330	51.643	18.591	36.361	13.090
Incentivos fiscais	6.697	-	6.888	-	11.868	-	15.352	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(9.945)	(3.585)	-	-
Outras	(851)	(97)	(700)	(131)	(2.331)	(293)	(2.285)	(383)
	(152.660)	(57.160)	(125.333)	(47.479)	(264.951)	(99.114)	(362.629)	(135.633)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(157.702)	(59.303)	(158.905)	(59.892)	(291.024)	(109.483)	(392.287)	(147.292)
Diferido	5.042	2.143	33.572	12.413	26.073	10.369	29.658	11.659
	(152.660)	(57.160)	(125.333)	(47.479)	(264.951)	(99.114)	(362.629)	(135.633)
Alíquota efetiva	20,4%	7,6%	21,8%	8,3%	20,9%	7,8%	22,0%	8,2%

	Consolidado							
	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	2014		2013		2014		2013	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	795.784	795.784	597.541	597.541	1.341.264	1.341.264	1.711.522	1.711.522
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(198.946)	(71.621)	(149.385)	(53.779)	(335.316)	(120.714)	(427.881)	(154.037)
Diferenças permanentes:								
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	3.988	588	1.430	401	10.932	2.815	6.770	2.114
Incentivos fiscais	6.697	-	6.888	-	11.868	-	15.352	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(9.945)	(3.585)	-	-
Outras	607	1.127	(1.214)	(339)	1.940	1.941	(2.796)	(610)
	(187.654)	(69.906)	(142.281)	(53.717)	(320.521)	(119.543)	(408.555)	(152.533)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(185.694)	(69.536)	(175.140)	(65.873)	(348.808)	(130.738)	(434.353)	(162.802)
Diferido	(1.960)	(370)	32.859	12.156	28.287	11.195	25.798	10.269
	(187.654)	(69.906)	(142.281)	(53.717)	(320.521)	(119.543)	(408.555)	(152.533)
Alíquota efetiva	23,6%	8,8%	23,8%	9,0%	23,9%	8,9%	23,9%	8,9%

Notas Explicativas**28- GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS****a) Gestão de risco**

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no período de 9 meses findo em 30.09.2014, além do observado na transação a seguir mencionada.

Operação de *hedge* de valor justo

Conforme mencionado na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, em março de 2014, concomitantemente à contratação do empréstimo obtido junto ao HSBC USA, a Companhia contratou uma operação de *swap* com a subsidiária brasileira do HSBC (HSBC Brasil) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre os seus pagamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação é similar à operação contratada em agosto de 2013, também com o HSBC USA e sua subsidiária brasileira.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Desta forma, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano.

Notas Explicativas

Em 30.09.2014 os valores dos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e a valor justos são os seguintes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento	Juros	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Saldo Contábil
Empréstimos						
HSBC USA I	US\$ 90.000	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	1,18% a.a. + 15% (IR) = 1,3882% a.a.	220.981	(865)	220.116
Swap						
Posição ativa	US\$ 90.000	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	1,3882% a.a.	(220.981)	865	(220.116)
Posição passiva	R\$ 207.315	Juros: trimestrais	99,9% do CDI	210.034	(19)	210.015
Resultado do swap				(10.947)	846	(10.101)
Empréstimos						
HSBC USA II	US\$ 100.000	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	1,215% a.a. + 15% (IR) = 1,429411% a.a.	245.295	(837)	244.458
Swap						
Posição ativa	US\$ 100.000	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	1,429411% a.a.	(245.295)	837	(244.458)
Posição passiva	R\$ 230.940	Juros: trimestrais	97,0% do CDI	232.222	(8)	232.214
Resultado do swap				(13.073)	829	(12.244)

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para 30.09.2015 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Posição	Cenário	Sensibilidade		
	30.09.2014	Provável	Provável	Δ + 25%(*)	Δ + 50%(*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,0%	5,0%	-	1,2 p.p.	2,5 p.p.
- CDI	10,8%	11,4%	+0,6 p.p.	3,0 p.p.	6,1 p.p.
- IPCA	6,6%	6,3%	-0,3 p.p.	1,6 p.p.	3,2 p.p.
- IGP-M	3,5%	5,7%	+2,2 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.
Variação de moeda:					
	Cotação da moeda				
- Euro	3,10	3,09	-0,3%	3,87	4,64

(*) Variações sobre o cenário provável.

Notas Explicativas

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices vigentes em 30.09.2014 e as previsões destes para 30.09.2015. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

Risco nas variações das taxas de juros e índices flutuantes:

	Saldo em 30.09.2014	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.388.769	-	(26.056)	(54.847)
- IPCA	158.159	435	(2.551)	(5.102)
		435	(28.607)	(59.949)
Empréstimo com <i>hedge</i>				
- CDI	442.229	(2.126)	(11.195)	(22.448)
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.208.397	(26.463)	(17.754)	(35.508)
- IPCA	501.242	1.826	(6.905)	(13.810)
		(24.637)	(24.659)	(49.318)
Total		(26.328)	(64.461)	(131.715)

A variação anual da taxa flutuante *Euribor*, em 30.09.2014, foi de 0,5 p.p. e o saldo do passivo financeiro indexado a esta taxa de juros na mesma data é de R\$ 127.171. Eventuais variações dessa taxa não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

Risco na variação cambial:

	Saldo em 30.09.2014	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- Euro	127.171	54	(32.102)	(64.243)

Não foi calculada sensibilidade para a variação cambial dos empréstimos em dólar norte americano integralmente cobertos por operações de *hedge*.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

Notas Explicativas

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 30.09.2014 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As operações de *swap*, mencionadas na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, foram realizadas com a mesma contraparte dos respectivos empréstimos e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa dos empréstimos.

- Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

Notas Explicativas

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

b) Categoria dos instrumentos financeiros relevantes

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	189.265	948.530	440.138	1.216.831
Depósitos vinculados	41.193	37.094	195.128	134.690
Instrumento financeiro derivativo - <i>swap</i>	22.345	1.115	22.345	1.115
Recebíveis e empréstimos:				
Caixa e depósitos bancários à vista	2.145	940	10.002	7.445
Contas a receber de clientes	584.289	403.654	843.891	744.758
Combustível a reembolsar	224.786	139.601	224.786	139.601
Valores a receber pela alienação de ativo	-	86.886	-	86.886
Dividendos a receber de controladas	108.183	141.342	-	-
Recomposição de receita na CCEE a receber	111.155	-	111.155	-
	1.283.361	1.759.162	1.847.445	2.331.326
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	260.907	281.711	390.560	510.346
Empréstimos e financiamentos	741.993	1.062.213	2.725.285	3.111.809
Debêntures	-	174.072	-	174.072
Concessões a pagar	1.664.632	1.551.828	1.709.639	1.595.169
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	-	-	71.621	16.419
Mensurados ao valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	464.574	210.679	464.574	210.679
	3.132.106	3.280.503	5.361.679	5.618.494

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

Notas Explicativas

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	614.822	608.893	932.786	923.807
- Em moeda estrangeira sem <i>hedge</i> ²⁰	127.171	123.757	129.427	125.520
- Em moeda estrangeira com <i>hedge</i> , líquidos de <i>swap</i>	442.229	442.229	209.564	209.564
Debêntures	-	-	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.664.632	2.157.485	1.551.828	1.941.075
	2.848.854	3.332.364	2.997.677	3.375.438
	Consolidado			
	30.09.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.598.114	2.592.185	2.982.382	2.976.705
- Em moeda estrangeira sem <i>hedge</i>	127.171	123.757	129.427	125.520
- Em moeda estrangeira com <i>hedge</i> , líquidos de <i>swap</i>	442.229	442.229	209.564	209.564
Debêntures	-	-	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.709.639	2.214.313	1.595.169	1.994.190
	4.877.153	5.372.484	5.090.614	5.481.451

²⁰ Contabilidade de *hedge*

Notas Explicativas

29- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO	
	Contas a receber			Dividendos a receber	Fornecedores	Dividendos a pagar
	Energia	Serviços	Outras		Energia	
30.09.2014						
TBLC	119.886	-	-	76.462	-	-
CEE	30.906	-	-	25.567	-	-
Lages	781	177	-	6.154	-	-
Itasa	-	1.339	-	-	6.921	-
Ceste	-	1.491	-	-	-	-
GSELA	-	-	-	-	-	578.488
Outras	-	221	37	-	310	-
	151.573	3.228	37	108.183	7.231	578.488
31.12.2013	92.029	4.042	2.498	141.342	4.947	168.207

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
3º trimestre de 2014						
CEE	-	-	-	-	-	421
Lages	1.753	532	56	-	-	-
TBLC	315.018	-	113	-	-	-
Itasa	-	4.017	-	19.657	-	-
Ceste	-	4.474	-	-	-	-
Outras	-	-	267	-	979	-
	316.771	9.023	436	19.657	979	421
3º trimestre de 2013	222.090	8.845	497	23.936	283	3.691

Notas Explicativas



	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
Acumulado 9 meses de 2014						
CEE	-	-	-	-	-	3.228
Lages	5.067	1.566	169	-	-	-
TBLC	966.301	-	338	-	-	-
Itasa	-	11.897	-	63.007	-	-
Ceste	-	13.088	-	-	-	-
Outras	-	-	797	-	2.238	-
	971.368	26.551	1.304	63.007	2.238	3.228
Acumulado 9 meses de 2013	738.041	26.327	1.737	65.987	885	4.835

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente a: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 30.09.2014
Compra:					
TBLE – Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	822.956
TBLE – Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	528.936
Venda:					
TBLE – TBLC	1.099	2014	IGP-M	Julho	300.937
TBLE – TBLC	145	2015	IPCA	Março	142.530
TBLE – TBLC	177	2016	IPCA	Outubro	314.282
TBLE – Lages	16	2017	IGP-M	Abril	44.848
TBLC – CEE	9	2041	IPCA	Outubro	375.258
TBLC – Complexo Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.760.197

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairi está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

Notas Explicativas

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro
			Base 30.09.2014
Itasa	16.10.2030	IGP-M	216.322
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	201.553
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	1.187

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados, com vigência de 4 anos, são inicialmente definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R\$ 1.737.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 30.09.2014
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú, Trairí e Ferrari.	1.970.978
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	12.314

e) Avals e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 30.09.2014 é de R\$ 288.510. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R\$ 90.984 em 2014, R\$ 78.985 em 2015, R\$ 16.601 em 2016, R\$ 850 em 2017, R\$ 17.084 em 2022, R\$ 51.796 em 2023 e R\$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como para a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 30.09.2014 é de R\$ 16.037.

Notas Explicativas

g) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração nos períodos encerrados em 30.09.2014 e 30.09.2013 estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Honorários e benefícios de curto prazo	7.571	6.946	8.286	7.748
Bônus dos administradores	4.442	3.152	4.767	3.260
Benefícios pós-emprego	332	625	383	625
Encargos sociais	3.179	2.648	3.358	2.782
	15.524	13.371	16.794	14.415

30- SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro vai até 31.05.2015 e o valor da cobertura é de R\$ 11.847.174 na controladora e R\$ 15.287.369 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

Tipo de usina	Controladora		Consolidado	
	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.425.760	404.844	8.258.487	445.297
Usinas termelétricas	2.438.607	2.577.963	2.438.607	2.577.963
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	1.124.135	442.880
	8.864.367	2.982.807	11.821.229	3.466.140

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 1.455.155, por evento.

A usina solar possui seguro de riscos nomeados com cobertura de R\$ 28.121 e vigência até 09.08.2015.

b) Riscos de engenharia

O projeto de ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A. possui seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil com cobertura de R\$ 81.825 e de R\$ 20.000, respectivamente, para todo o período da obra.

Já a usina solar possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação, no valor total de R\$ 30.963.

Notas Explicativas

c) Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

d) Sinistros ocorridos em 2014

Ao final do mês de junho de 2014 ocorreram sinistros em duas unidades geradoras do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e em um vertedouro da Usina Hidrelétrica Itá. O seguro contratado pela Companhia cobre os danos materiais e os efeitos decorrentes da interrupção dos negócios decorrentes do sinistro. A Companhia está reconhecendo as indenizações na medida em que se tornam recebíveis, no caso de danos materiais, e na proporção em que os efeitos decorrentes da interrupção dos negócios são percebidos. Até 30.09.2014, a paralização das unidades geradoras objeto dos sinistros resultou em redução da posição credora na CCEE no montante de R\$ 187.740, dos quais R\$ 111.155 estão cobertos pelo seguro, sendo registrados na rubrica "Recomposição de receita na CCEE", e R\$ 76.585 correspondem ao custo da franquia, equivalente aos efeitos relativos aos primeiros 45 dias de paralização da geração.

31- COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas nas divulgações das demonstrações contábeis de 31.12.2013.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica;
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamento mercantil;
- Contratos de construção em andamento; e
- Contratos de modernização das usinas.

Com as exceções dos novos compromissos assumidos pela Companhia devido à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., detalhada na Nota 10 – Investimentos, e do contrato de construção do Complexo Eólico Santa Mônica, não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no período de nove meses de 2014. Seguem abaixo os referidos compromissos:

a) Contrato de prestação de serviços adicionais de manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de O&M com a Ferrari Agroindústria S.A., com vigência até fevereiro de 2034. Esse contrato tem por objeto a prestação de serviços adicionais associados à operação e manutenção da UTE, incluindo, mas não se limitando a:

- Revisões especiais das turbinas, geradores e sistemas elétricos a serem realizadas na periodicidade de cinco anos, a partir da entrada em operação das usinas geradoras, ou de acordo com a recomendação do fabricante, o que ocorrer primeiro;
- Serviços para melhorias do desempenho da caldeira e manutenção da performance da mesma;

Notas Explicativas

- Outros serviços que se façam necessários para a execução do Projeto.

Como contraprestação aos serviços prestados, a Companhia pagará valores mensais, reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, e quando aplicável, a título de bônus por rendimento, um montante em reais equivalente ao valor resultante da venda de energia. As obrigações futuras relativas a este contrato, na data base 30.09.2014 são de R\$ 81.139.

b) Ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari

Em fevereiro de 2014, a Companhia assinou contrato com as empresas Siner Engenharia e Comércio Ltda., Siner Service Comercial Ltda. e Siner Eletromecânica e Comércio Ltda. referente à ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari. Os compromissos futuros, na data base 30.09.2014, são de R\$ 58.271. O prazo previsto para entrega da obra é agosto de 2015.

c) Contrato de venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia, já contemplando os contratos de venda de energia elétrica da Ferrari Termoelétrica S.A., mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Recursos próprios	3.529	3.534	3.522	3.550	3.573	3.573
Compras para revenda	950	712	623	423	390	370
Disponibilidade total	4.479	4.246	4.145	3.973	3.963	3.943
Disponibilidade contratada	4.287	4.171	3.891	3.293	2.730	2.370
% Contratados	95,71%	98,23%	93,87%	82,88%	68,89%	60,11%

d) Contrato de construção do Complexo Eólico Santa Mônica

Em junho de 2014, a Companhia assinou contrato com as empresas Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Bac Ltda. tendo como objeto executar a engenharia e a construção de sapatas e o projeto, o fornecimento, o transporte, a montagem, a instalação e o comissionamento de aerogeradores nas seguintes empresas:

- Central Eólica Trairí II Ltda;
- Central Eólica Cacimbas Ltda;
- Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A.; e
- Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda.

O compromisso futuro assumido pela Companhia como contraprestação aos serviços prestados, na data base 30.09.2014, são de R\$ 369.832. O prazo previsto para a entrega da obra é julho de 2016.

Notas Explicativas

32- INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes principais transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram realizadas nos períodos findos em 30.09.2014 e 30.09.2013.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2014	30.09.2013	30.09.2014	30.09.2013
Compensação de imposto de renda e contribuição social	12.994	69.528	16.521	70.752
Fornecedores de imobilizado e intangível	(7.928)	9.606	(29.357)	30.227
Juros capitalizados sobre financiamentos	216	-	1.246	17.172
Aplicação no imobilizado provisionada por estimativa de desembolsos futuros	-	-	(15.088)	84.035
Parcelas remanescentes a pagar na aquisição de investimentos, líquidas dos depósitos vinculados	-	-	13.429	15.881

33- EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Contratação de empréstimo junto ao HSBC USA

Em outubro de 2014, a Companhia contratou empréstimo junto ao HSBC USA no valor de US\$ 80.266 (equivalente a R\$ 200.000). As principais condições contratadas são as seguintes:

- Juros: 1,7871% a.a. fixos;
- Vencimento do principal: Única parcela ao final do contrato em 14.10.2016; e
- Amortização dos juros: trimestralmente com início em 14.01.2015 e término em 14.10.2016.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R\$ 200.000, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 1,7871% a.a. e uma posição passiva equivalente a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

b) Crédito de juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24.10.2014, aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 223.000, correspondente a R\$ 0,3416356453 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio nos registros contábeis da Companhia ocorrerá na data de 31.12.2014, com base na posição acionária do dia 25.11.2014, e as ações da Companhia passarão a ser negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2014.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos com base nos dados cadastrais existentes no Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Philip Julien De Cnudde
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Willem Frans Alfons Van Twembeke
Conselheiro

Roberto Henrique Tejada Vencato
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de
Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item “d” abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2013 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2014, 2015 e 2016:

Descrição / Período da projeção	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 4º trimestre de 2013 na DFP (em milhões de reais)		
	2014	2015	2016
Financiado com capital próprio	489	739	243
Total	489	739	243

As projeções foram revistas no primeiro trimestre de 2014 e passaram a apresentar a composição abaixo:

Descrição / Período da projeção	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 1º trimestre de 2014 (em milhões de reais)		
	2014	2015	2016
Financiado com dívida	48	192	106
Financiado com capital próprio	677	915	447
Total	725	1.107	553

Após a revisão do segundo trimestre de 2014 as projeções empresariais continham a seguinte composição:

Descrição / Período da projeção	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 2º trimestre de 2014 (em milhões de reais)		
	2014	2015	2016
Financiado com dívida	48	192	106
Financiado com capital próprio	650	915	447
Total	698	1.107	553

No presente trimestre essas projeções foram revistas e passaram a apresentar a seguinte composição:

Descrição / Período da projeção	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 3º trimestre de 2014 (em milhões de reais)		
	2014	2015	2016
Financiado com dívida	48	227	71
Financiado com capital próprio	610	1.013	551
Total	658	1.239	622

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d.1) Alteração nas projeções feitas durante o primeiro trimestre de 2014

Investimentos previstos para o ano de 2014

Financiado com dívida:

O aumento é decorrente do financiamento de CAPEX no valor de R\$ 48 milhões relacionado à aquisição da Ferrari Termoeletrica S.A (Ferrari).

Financiado com capital próprio:

O acréscimo no montante previsto para 2014 decorre substancialmente: (i) do projeto Campo Largo em R\$ 65 milhões; (ii) do projeto eólico Santa Mônica em R\$ 91 milhões; e (iii) da termelétrica Ferrari em R\$ 50 milhões.

Investimentos previstos para o ano de 2015 e 2016

Financiado com dívida:

O ingresso nos montantes previstos para os anos de 2015 e 2016 se referem ao projeto eólico Santa Mônica.

Financiado com capital próprio:

O incremento nos montantes previstos de financiamento com o capital próprio para os anos de 2015 e 2016 refere-se, essencialmente, à: (i) implantação do projeto eólico Santa Mônica (R\$ 10 milhões em 2015 e R\$ 57 milhões em 2016); (ii) ampliação e modernização da termelétrica Ferrari (R\$ 42 milhões em 2015); e (iii) revisão global do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia no plano de longo prazo (R\$ 126 milhões em 2015 e R\$ 151 milhões em 2016).

d.2) Alteração nas projeções para 2014 feita durante o segundo trimestre de 2014:

Financiado com capital próprio:

O decréscimo de R\$ 27 milhões no montante previsto para 2014 decorre de adequação nos valores relacionados aos investimentos no Complexo Trairi.

d.3) Alteração nas projeções para 2014 feita durante o terceiro trimestre de 2014:

Investimentos previstos para o ano de 2014

Financiado com capital próprio:

A redução de R\$ 40 milhões decorreu da combinação dos seguintes fatores: (i) recuo de R\$ 54 milhões ao montante previsto para a implantação do projeto eólico Santa Mônica; e (ii) acréscimo de R\$ 14 milhões ao montante previsto para a ampliação da termelétrica Ferrari.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Investimentos previstos para o ano de 2015

Financiado com dívida:

Incremento de R\$ 35 milhões ao montante previsto para a implantação do projeto eólico Santa Mônica em razão de antecipação de valores do ano de 2016.

Financiado com capital próprio:

O incremento de R\$ 98 milhões resulta das seguintes combinações: (i) aumento de R\$ 121 milhões ao montante previsto para o programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes; e (ii) redução de R\$ 23 milhões ao montante previsto para a implementação e ampliação de novas usinas.

Investimentos previstos para o ano de 2016

Financiado com dívida:

Redução de R\$ 35 milhões ao montante previsto à implantação do projeto eólico Santa Mônica, decorrente da antecipação destes valores para o ano de 2015.

Financiado com capital próprio:

Aumento de R\$ 104 milhões decorrente do: (i) aumento de R\$ 44 milhões para o programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes; e (ii) acréscimo de R\$ 60 milhões ao montante previsto para a implementação de novas usinas.

d.4) Investimentos realizados até o 3º trimestre de 2014:

No 3º trimestre de 2014 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 62 milhões, dos quais R\$ 18 milhões foram aplicados na construção e ampliação de usinas, R\$ 44 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador da Companhia.

O investimento acumulado no período de nove meses atingiu o montante de R\$ 431 milhões, dos quais: (i) R\$ 176 milhões direcionados à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. (Ferrari); (ii) R\$ 57 milhões direcionados à aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III); (iii) R\$ 110 milhões foram aplicados na construção e ampliação de novas usinas (Complexo Eólico Trairi, Ferrari e Santa Mônica); e (iv) R\$ 88 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Não há outras informações consideradas pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 24 de outubro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 24 de outubro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 24 de outubro de 2014.